

O Nacionalismo nos séculos XVIII, XIX e XX:
o princípio construtivo da modernidade numa perspectiva histórico – filosófica e ideológica
Um caso paradigmático: A Alemanha

ALBERTO MANUEL VARA BRANCO *

O conceito de nação exige que todos os seus membros devem formar como se fossem apenas um único indivíduo.

Friedrich Schlegel

1. Introdução

Mais do que um conjunto elaborado de conhecimentos organizados, a História, que é para a comunidade humana o que a memória é para o indivíduo, é um método de investigação do passado, cujo resultado – processo e produto – não é facilmente analisável. O conceito científico *História* apresenta dois sentidos:

- O *tradicional*, formulado no século XIX por *Ranke*, que identifica o rigor da crítica textual dos documentos com a palavra *ciência*;

- O *contemporâneo*, formulado a partir da década de 30, em diversas nuances (modelo económico marxista, história quantitativa americana, teoria dos 3 níveis dos analistas franceses, história narrativa), privilegia a utilização de modelos como instrumentos explicativos, visando a reconstrução das leis do processo histórico.

Quando *Bloch* (1976: 29) afirma que a *História* é a (...) *ciência dos homens (...) dos homens no tempo. O historiador não pensa apenas o humano. A atmosfera em que o seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração*, pretende pôr em destaque os seguintes elementos:

- A *passagem do singular ao plural (os homens e não o homem)* significa, para além da especificidade da consciência histórica, a refutação de uma filosofia da história com base no conceito do homem como abstracção, apelando, assim, para o carácter concreto de investigação;

- O *tempo*, cujo significado, assente no trabalho do historiador, procura assumir a consciência de colocar numa determinada ordem as vivências humanas.

Caracterizando o objectivo do nosso estudo – a *realidade histórica* – constata-se que a sua especificidade está em ser humana, particular e passada. Como passada, conhecemos o que dela pode ser comprovado pelos vestígios que nos chegam; como particular, entendemos que em *História* os factos não se repetem, são singulares, podendo, todavia, existir factos semelhantes, passíveis de serem ordenados em séries. Mas o objectivo da *História* é a actividade humana, implicando ter, segundo *Collingwood* (1981), duas faces: uma exterior e visível e uma outra interior, cujos motivos e propósitos não podem ser observados mas apenas intuídos.

De acordo com *Félix e Roldão* (1996), a relação dialéctica entre o passado e o futuro faz com que a *História* se distinga das outras Ciências Humanas e Sociais, nomeadamente da Sociologia, pelo facto de o historiador estudar a maneira como se processa no tempo a mudança das sociedades.

2. As Ideias difusoras do nacionalismo

Segundo *Machado* (1994), as preocupações actuais generalizaram-se a todos os domínios da actividade humana, havendo, por isso, uma notória ansiedade na procura de algo. Tal realidade tem

* Professor Coordenador da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu aposentado.

levado ao aparecimento de movimentos, nomeadamente religiosos, que vêm preenchendo a lacuna implementada pelas disfunções das sociedades. Esses movimentos orientam-se para a ruptura da ordem estabelecida, e têm feito com que a tomada de poder, pela via revolucionária, seja uma constante em algumas partes do nosso mundo. Para o mesmo autor, a questão dos *nacionalismos*, como fenómenos históricos, está na ordem do dia, tendo um carácter essencialmente psicológico, e traduz-se na luta pela procura de unidade e identidade, com a preocupação de conseguir um sentido para a vida, (...) *produto da cultura e caracterizador de cada sociedade* (p.97).

Embora o sentimento nacional seja frequentemente associado à Revolução Francesa, o mesmo constitui um dos mais antigos sentimentos da Humanidade. Assume influência decisiva na política conjunta, sobrepondo-se a quase todos os outros sentimentos e motivos colectivos. A própria marcha humana tem contribuído para essa realidade.

No seu mais amplo significado, a palavra *nacionalismo* designa a atitude mental que confere à entidade nação um altíssimo posto na hierarquia de valores. Esta tendência para dar excessiva importância ao valor da nação, à custa de outros valores, leva a uma sobrestimação de cada nacionalidade e ao consequente asfixiamento das restantes.

Gellner (1993), não abordando o nacionalismo enquanto ideologia, por considerar que as ideologias invertem a realidade pelos seus mitos, procura associar o fenómeno nacionalista ao princípio político que defende que a unidade nacional e a unidade política devem ser congruentes, isto é, deve ter uma correspondência nos dois sentidos. Assim, trata-se de um imperativo de legitimidade política: as fronteiras étnicas não se devem sobrepor às fronteiras políticas, nem devem separar os detentores do poder de um determinado estado das restantes populações, isto é, na opinião de Pimentel (1994), as populações aspiram a estar reunidas sob a autoridade de governantes que pensam ser-lhes semelhantes.

O conceito de *nacionalismo* não deve ser isolado dos conceitos de estado e de nação. O estado é uma condição necessária mas não suficiente para a formação do *nacionalismo*, uma vez que o problema/fenómeno, na opinião de Pimentel (1994), só surge (...) *quando existe a centralização do poder político em que o monopólio da violência legítima num dado território está separado do resto da vida social*. (p.54). Também a nação, segundo o mesmo autor, (...) *não é um atributo inerente à humanidade, nem uma necessidade universal* (p.54) e só parece surgir na sociedade industrial.

Gellner (1993), afastando-se da corrente marxista e apontando, em relação à história da humanidade, a existência de três períodos (caçadora/colectora, agrária e industrial), sublinha que, no segundo período, os detentores do poder, tais como o clero e a nobreza, rivais mas consonantes, formavam uma minoria, horizontalmente estratificada, sob a qual viviam comunidades de produtores, também separadas lateralmente e diferenciadas entre si. O mesmo autor referencia que, nesta sociedade, de tipo estável, mas sem homogeneidade interna, as desigualdades e as diferenciações entre os grupos sociais não provocavam conflitos intoleráveis, uma vez que eram encarados como resultantes de uma ordem natural. Era comum o pluralismo cultural: uma cultura não tentava a expansão e a dominação como forma a engrandecer uma unidade política, uma vez que os factores determinantes das fronteiras políticas eram totalmente diferenciados dos determinantes dos limites culturais. Para Gellner (1993), a fusão do cultural com o político, ausente na sociedade agrária, constitui a essência do nacionalismo. A ideia nacional é o atributo central da legitimidade do estado moderno. Na sociedade agrária havia falta de voluntarismo e de recursos para uma homogeneidade linguística e cultural, sustentada por um sistema educativo universal, sistema esse que só surgirá com a transformação da divisão do trabalho e dos processos produtivos e cognitivos.

Ao surgir uma nova ordem social em que o direito à educação é a condição prévia de todas as especialidades, a cultura, considerada dominante, passa a reger toda a sociedade, caracterizando-a. Gellner (1993) sublinha que as identidades nacionais são o produto combinado das primeiras tecnologias de comunicação de massas, que asseguraram a difusão de textos impressos, acessíveis no seu custo, por um lado, e de estratégias de homogeneização sociocultural imposta pela Revolução Industrial, por outro. O mesmo autor estabelece, ainda, um paralelismo entre o *nacionalismo* e o *protestantismo*, doutrina

religiosa que demonstrou possuir as características mais relevantes do novo mundo que emergia e no qual se destaca a igualdade de acesso à educação e à cultura.

Numa sociedade industrial, de instrução letrada, universal, e que só pode ser sustida, gerida, unificada e elevada pelo estado, Gellner (1993) sublinha que o monopólio legítimo da cultura passou a ser mais relevante do que o monopólio legítimo da violência. Na época moderna, na opinião de Gellner (1993), a ligação do centro político à cultura erudita universal, constitui a essência do nacionalismo de hoje. Nesta continuidade de ideias, Pimentel (1994) refere que

(...) a lealdade, mediatizada pela religião, (ou o totem, como viu Durkheim), que, na sociedade agrária, era devida à pequena comunidade que fornecia os meios de aprendizagem; passa a ser votada, na sociedade industrial, à alta cultura universal e ao estado que fornece a educação letrada necessária à comunidade e à mobilidade de tarefas. (p.55).

Gellner (1993), apesar de ignorar, na caracterização do fenómeno nacionalista, os conflitos sociais, reconhece que, nos alvares da industrialização, surgiram conflitos, motivados pelo confronto entre as expectativas de homogeneidade cultural, de mobilidade e de igualdade social, e as desigualdades políticas, económicas e educativas que se viviam e o autor sustenta, então, que o *nacionalismo* é um fenómeno moderno, produtor da nação e não consequência desta.

Segundo Smith (1991), a ideia nacionalista, como movimento, foi introduzida por *Montesquieu, Rousseau, Herder e Fichte*, nos séculos XVIII e XIX, tendo uma matriz cultural de dupla origem, iluminista e romântica, e que originou dois padrões – o neoclássico e o medievalista – os quais, por seu turno, espelham as duas vias étnicas das quais emergiram os dois conceitos de nação. Assim, Pimentel (1994), com base no trabalho de Smith, fazendo referência às razões pelas quais se deve procurar a origem das nações nos laços étnicos pré-modernos, sublinha existirem dois tipos de comunidades étnicas:

(...) uma de tipo lateral, formada pela aristocracia, o alto clero e a burocracia, que se confinava socialmente aos estratos mais altos e mantinha laços horizontais com etnias vizinhas laterais; e, outra, de tipo vertical e demótico, que difundiu verticalmente a outros estratos uma cultura histórica e os uniu intensamente à volta de uma herança e de tradições comuns ao mesmo tempo que erguia barreiras em relação ao exterior. (p.56).

Para Smith (1991), o *nacionalismo* é a ideologia da nação e não do estado, sublinhando o nacionalismo como uma forma de cultura e a nação como um tipo de identidade cuja prioridade é pressuposta por essa forma de cultura. Smith (1991), embora reflecta a concordância quanto à dificuldade da existência de identidades globais, no povo comum na Idade Média, reforça a ideia de que já nessa época se haviam manifestado nacionalismos étnicos, laterais, característicos da nobreza feudal e dos estratos elevados.

Hermet (1996) anota, também, que, na Idade Média, a existência de ressentimentos nas camadas populares contra invasores estrangeiros ou devido à subjugação a autoridades políticas estranhas, conduziu ao desencadeamento das primeiras reacções nacionalistas. Exemplos típicos são as reacções dos franceses contra os ingleses, no contexto da Guerra dos Cem Anos, e o germen nacionalista das nações medievais da Península Ibérica, nomeadamente a portuguesa, contra o espaço muçulmano nela instalado e instituído, a partir de 711.

De facto, o *nacionalismo*, como corrente doutrinária, surge nos finais do século XVIII, em França, e constitui uma resposta interna à prepotência da realeza e das duas ordens privilegiadas, que integravam os Estados Gerais, o clero e a nobreza. Contudo, para Theimer (1977), o sentimento nacional não foi descoberto com a Revolução Francesa, mas apenas se modificou no seu relevo e na sua amplitude: *(...) só nos tempos modernos é que o sentimento nacional tenta tornar-se o supremo valor e penetrar em todos os âmbitos do pensamento e do procedimento humanos, até mesmo na ciência (p.249)*. Os seus mitos, os seus valores são a nação e a pátria, com o enfraquecimento dos ideais ultranacionais, mostrando que a reivindicação do sentimento nacional de prioridade absoluta se relaciona com a secularização do mundo. No *nacionalismo*, há como que uma transferência dos sentimentos para uma nova unidade, para preencher o vazio espiritual.

O estado nacional tentou, quase sempre, assimilar as minorias que persistiram, os restos de uma organização política pré-nacional, à maioria, dominante. (exemplo: o caso da Inglaterra perante os Celtas). Os fundadores monárquicos do estado nacional, conscientes do carácter universal do princípio do *nacionalismo*, aplicaram-no, apoiados pela burguesia, contra os adversários: os senhores feudais.

Segundo Smith (1991), para o Romantismo, que também se apodera do princípio nacionalista, *nação* não significava apenas grupo linguístico ou de consciência; significava apenas povo. Com efeito, *Johann Gottfried Herder*, humanista religioso do século XVIII, considerado o pai do romantismo nacional, colocava o povo acima do estado.

A nação, para Smith (1991), tal como para Gellner (1993), no dizer de Pimentel (1994) (...) *é uma criação do nacionalismo e dos intelectuais – diferentes da Intelligentsia – que elaboraram o conceito cultural e o transformaram em político, servindo-se dele como fonte de poder e de resolução da sua identidade mutilada na passagem da religião para a razão.* (p.57). Hobsbawm (1990), ao contrário de Gellner, considera o nacionalismo como uma ideologia, salientando que a nação pertence a um período recente da História, isto é, as nações são fenómenos construídos por cima. Assinala, ainda, que a entidade nação é de origem recente e que a mesma se baseia não no efeito da cultura sobre a estrutura social, mas na história das ideias. Em sua opinião, esta entidade surgiu durante o período das revoluções francesa e americana, quando, pela primeira vez, se define politicamente a adequação do povo ao estado e se consagram os conceitos de cidadania e de participação de massas.

Rubert De Ventós (1994) refere o movimento nacionalista, com as suas variações e com as suas variáveis (étnica, cultural, geográfica), como um novo retorno do oprimido, chegando mesmo a esboçar uma fenomenologia dos nacionalismos realmente existentes. Para o mesmo autor, existem quatro tipos de *factores geradores do nacionalismo*: primários, inductores, induzidos e reactivos.

Assim, poderemos salientar:

- Os *primários*, dizem respeito aos que são constituídos pelas tradições, comunidade de sangue, raça e etnia, língua, território, culto religioso e cultura;

- Os *inductores* ou *geradores* da modernidade nacional são os que resultam do estabelecimento de uma rede nacional de comunicações, de mercados ou cidades, da divisão do trabalho e de uma economia monetária, da contabilidade pública, da revolução científica e técnica, a partir do século XVI, da mobilidade social e da secularização dos costumes, isto é, factores que terminaram com a ordem feudal;

- Os *induzidos* ou *produzidos*, pela modernização estatal, são os utilizados pelo poder central visando a unificação do território, a uniformização dos indivíduos perante a lei e a transformação da interdependência dos mesmos numa nova forma de identidade nacional, isto é, quando utilizados já como uma superestrutura orientada para a nacionalização do território;

- Os *reactivos* são os produzidos pela integridade do estado nacional, quando este se sobrepõe a um país, que ainda não ultrapassou o estágio apontado pelos factores inductores ou geradores, assim como um grupo ou minoria que não tenha podido ou desejado integrar-se nele, isto é, os que configuram o síndrome de repulsa, o efeito de *boomerang*, os reflexos defensivos das sociedades tradicionais face à modernização planificada.

De acordo com Kohn (1987), não é concebível falar-se de *nacionalismo*, sem relacionar este fenómeno com a ideia de soberania popular, e com a alteração completa do posicionamento da situação governante/governados.

Há indícios de que os nacionalismos emergem e se tornam violentos em situação de crise económica. Têm sucesso quando todos os estratos sociais passam a considerar a revolução indispensável para a prossecução dos seus fins. Os novos estados respondem à necessidade de auto-estima e de reconhecimento internacional, e tendem a exercer sobre as minorias nacionais o mesmo tipo de opressão de que se emanciparam.

Em jeito de conclusão, sublinhamos que o *nacionalismo* é uma identidade formal suficientemente poderosa para poder unir lealdades pré-existentes: mito de origem comum, raça, língua, religião e território. Todavia, se a raça, a língua, a religião e o território podem fortalecer a consciência de

nacionalidade, o mito de origem comum é indispensável: nenhum grupo linguístico ou cívico pode desenvolver o fenómeno de nacionalismo. Assim, o sentimento nacional é um estado de espírito, resultante do meio social e da educação/cultura. Estamos a fazer, necessariamente, referência à evolução do pensamento, do século XIX para a actualidade. Antes disso, o *nacionalismo* não existia tal como hoje o entendemos. Havia formas de lealdade para com uma dinastia, ou havia formas de lealdade individual ou de sacrifício à nação. É de salientar que existe uma diferença fundamental entre o Leste e o Oeste da Europa; entre a Europa do Ocidente e o resto do Mundo; entre os casos em que existe uma longa e antiga tradição do estado que forma uma nacionalidade e aqueles em que essa tradição não existe.

Segundo Alter (1994) e Bonifácio (1998), na Europa Ocidental, é inevitável associar o nacionalismo a antigos estados-nação, onde o sentimento nacional foi cultivado, particularmente a partir de finais do século XIX, quando os estados procuraram garantir o apoio dos seus cidadãos. Neste contexto, a educação, a criação de mitos nacionais acerca da origem das nações é significativo; daí a insistência, tanto da igreja como dos intelectuais, sobre aquela qualidade singular, que reivindicavam como superior, e que devia traduzir-se em formas de lealdade nacional. Casos típicos são apontados para o êxito de certos estados-nação do Ocidente como a Bélgica, a Itália e a Alemanha.

Bonifácio (1998) sublinha que, em relação à Europa Central e Oriental, trata-se de conjuntos de estados multi-étnicos, onde o nacionalismo surge contra os estados-governo centrais. Aparecem, desta forma, movimentos em que a insistência na identidade nacional, em torno de uma língua ou da tradição histórica, surgem de forma muito aguda, e desenvolvem-se contra grupos nacionais majoritários. Não há dúvida de que, algumas nações, as denominadas nações históricas, eram encaradas, já no século XIX, tanto por nacionalistas como por não nacionalistas, como tendo mais direito à independência, tratando-se da condição de estado tradicional. Para uma nação existir não precisa de ser um Estado ou de dispor de um território, havendo muitas nações que não dispõem nem de Estado, nem de território, como aconteceu com os Judeus e como ocorre, hoje, com os *Curdos*.

De acordo com Pearson (1994), a associação de um território à soberania política de um Estado independente ocorre no decurso da Revolução Francesa, constituindo esta época o momento superior da identificação do estado com a nação e o território. Existir um estado surge como legitimação internacional da identidade de uma nação. Justifica-se, deste modo, que o nacionalismo tenha sido tão agressivo, uma vez que, na maioria dos casos, não existia coincidência entre a localização de uma nação e a de um Estado, dada a existência de mais de um grupo étnico.

A exaltação dos valores e interesses considerados nacionais, em relação aos de outras nações, durante a Revolução Francesa, presidiu às sucessivas revoluções e insurreições que conduziram à independência de vários povos dominados, desde as nações balcânicas, cristãs, dominadas pelos turcos e muçulmanos, à Bélgica e à Noruega. Por outro lado, presidiu, também, às agressões da Itália contra a Etiópia e a Grécia, e da Alemanha, contra os Judeus, a Áustria, a Checoslováquia, a Polónia.

Tudo se encaminha para a aceitação de que o *nacionalismo* descobriu a sua força nas transformações políticas e económicas registadas em França (século XVIII), EUA (século XVIII) e Inglaterra (século XVI), precisamente quando o *Terceiro Estado*, a terceira ordem, conseguiu ter preponderância e conseguiu aperceber-se do seu efectivo poder. Por outro lado, é de salientar que, em regiões onde a expressão do Terceiro Estado era fraca ou nula ou se encontrava em formação, nos inícios do século XIX, assistimos ao facto de o movimento nacionalista se ter enraizado no campo cultural, como se verificou na Alemanha, Itália e nos Países Eslovacos porque, como afirma Kohn (1987), o espírito do povo – *Volksgeist* – com as respectivas manifestações literárias e folclóricas se tornou no alvo das atenções do nacionalismo, como movimento libertador.

Privilegiando o conceito de nação, em desfavor do conceito de estado, os revolucionários franceses de 1789 souberam aproveitar os anseios justificados do *Terceiro Estado*, e a força e prestígio acumulado pelas ordens privilegiadas durante séculos anteriores, terminando com a hegemonia imposta pelo poder absoluto.

Para Armstrong (1982), existem dois dos pré-requisitos funcionais da era industrial moderna, a mudança sectorial e a construção da nação, que têm um peso indiscutível no relacionamento com o

nacionalismo. Relativamente ao primeiro daqueles requisitos, Hall e Ikenberry (1990) sublinham que a maior parte das sociedades tipicamente agrárias tem cerca de 90% da força de trabalho na produção agrícola, perante o prestígio de uma pequena elite. No entanto, as sociedades tecnologicamente avançadas apresentam, nos sectores primários, aproximadamente 10% da sua força de trabalho em contraste com os 5% que se registam nas sociedades capitalistas.

Quanto ao segundo pré-requisito funcional, a construção da nação, vejamos o que nos apontam Hall e Ikenberry (1990) sobre o assunto:

(...) As dificuldades a ela inerentes podem ser mais bem apreciadas, considerando a situação de Estados inteiramente novos. Os cidadãos da sociedade industrial têm de possuir a capacidade de comunicar uns com os outros a um nível abstracto, de preferência numa língua única. Isto torna necessário que todos os Estados, incluindo os do velho coração do noroeste da Europa, criem sistemas escolares que mobilizem as pessoas e lhes dêem habilitações para participarem numa sociedade humanística e técnica. (p. 125).

E acrescentam:

(...) A Alemanha imperial e a Rússia czarista foram os primeiros países subdesenvolvidos, mas tinham padrões preexistentes de humanismo, burocracia e autoridade em que se apoiar, na sua corrida para o mundo moderno. O mesmo não é verdadeiro com os Estados altamente artificiais limitados, principalmente em África, por aquelas linhas suspeitamente rectas traçadas pelos imperialistas do século XIX, e que não possuem qualquer tradição em que se apoiar; e que, pelo contrário, têm de lidar com uma massa de tribos diferenciadas e não com um povo com alguma cultura baseada numa história comum (p.125-126).

Segundo Ferro (1996), durante todo o século XIX, até à Primeira Grande Guerra Mundial, o nacionalismo, como corrente filosófica e doutrinária, assentava no argumento de que para cada nação devia haver um estado correspondente. Este mesmo lema, o princípio das nacionalidades, foi o elemento fundamental e carismático da política europeia e até do resto do Mundo. Para o mesmo autor, também o movimento anti-colonial, responsável pelo aparecimento de dezenas de novas nações independentes, africanas e asiáticas, está inserido no fenómeno nacionalista, bem como o imperialismo e a sua evolução, que acompanha o aparecimento do nacionalismo, como força política fundamental. A independência e autodeterminação dos povos africanos, que obtiveram sucesso na luta autonómica, legitimaram a opressão, exercida por certos grupos étnicos, sobre as etnias minoritárias. Devido ao receio de divisões, face à identidade nacional, que envolve a língua e a educação, procura-se imediatamente a uniformização. Segundo Carpentier e Lebrun (1993), a questão das minorias nacionais, na Europa, nunca foi resolvida, mas tão-somente aplacada, durante o período dos regimes comunistas. Ora, o problema esteve encerrado e congelado, isto é, manteve-se latente, e só voltou a explodir quando esses regimes caíram ou se desmembraram, tornando-se mais violento nos países em que o nacionalismo étnico-cultural já existia. Para Vara Branco (2002), quando existe uma maioria que se identifica a si própria como nação, por exemplo, os Ingleses da Grã-Bretanha, com a tradição de estado tolerante, as arestas da identidade regional, ou daquilo a que actualmente chamamos identidades nacionais, vão passando por um processo de maturação, como aconteceu na Escócia e no País de Gales, onde os referendos de Setembro de 1997 não só viram emergir como fizeram sair vencedoras as teses autonomistas.

Para Rubert De Ventós (1994), a Espanha é outro exemplo actual, conseguindo compatibilizar uma enorme variedade de minorias nacionais com a formação de um estado único, a não ser no caso do País Basco, desde sempre adverso a qualquer poder central. Durante a própria Romanização, os Bascos não se deixaram dominar pelos Romanos; durante a dominação muçulmana, os Árabes não conseguiram esmagá-los; durante o Império Carolíngio, bateram-se contra Carlos Magno, na batalha de Roncevalles.

Na Europa Oriental, com a desintegração da União Soviética e com a queda dos antigos regimes comunistas, os grupos nacionalistas vivem um passado relativamente recente e já não têm de o reinventar. Para Vara Branco (2002), é algo que remonta ao século XVI, aos próprios movimentos da população, concomitantes com as constantes alterações das fronteiras, que separam o mundo cristão e o mundo muçulmano. E o que, de forma muito curiosa, ressalta, no presente, é a repetição dos medos destes grupos

religiosos, que se oprimem uns aos outros. É de salientar, segundo o mesmo autor, que a sua viabilidade existe porque a própria luta pela independência identifica a religião com a unidade da nação. Por exemplo, nos Balcãs, a identificação da igreja búlgara com o respectivo povo levou à emancipação da igreja búlgara ortodoxa da subordinação a Constantinopla. Por vezes, de acordo com o mesmo autor, as populações acabam por deslocar-se quer voluntária quer involuntariamente. Mas também *Hitler* e *Estaline* provocaram de forma negativa a deslocação de populações, durante a Segunda Guerra Mundial. Recentemente, na *ex-Jugoslávia* de *Tito* teve lugar a deslocação maciça de populações, contra a vontade das mesmas, face a problemas ligados a ódios de raça.

Segundo Ferro (1996), existe consenso quanto à forma como o nacionalismo se desenvolve. Sabemos que um movimento nacional se torna significativo, em termos de ameaça para o governo, no seio de um estado multi-étnico, quando consegue mobilizar apoio suficiente nos diferentes grupos sociais para que a reivindicação de independência política surja como pré-condição para a obtenção dos objectivos próprios de cada um. Esta condição é válida, tanto para os movimentos de 1848, como para os de final do século XX. De acordo com Bonifácio (1998), cada grupo social acreditava que, através da independência política, conseguiria atingir os seus objectivos. Assim, por exemplo, a classe operária do império Austro-Húngaro, tanto na Boémia como na Hungria, acreditava que conseguiria um mercado nacional e que, desse modo, poderia usufruir de um maior desenvolvimento. Mas, por outro lado, na opinião de Carpentier e Lebrun (1993), há a expectativa de índole internacional, vendo-se claramente no facto de os antigos territórios colonizados imitarem a Europa, insistindo em tornar-se estados-nação. Trata-se, pois, da necessidade de se ser reconhecido num mundo em que se era ignorado, de ganhar uma legitimidade no seio da comunidade internacional. Isto explica que o *nacionalismo* é preferencialmente europeu, tendo sido exportado para fora da Europa. Para os mesmos autores, o princípio das nacionalidades e das liberdades vai ter o seu apogeu, por toda a Europa, com Napoleão Bonaparte, que procura expandir os ideais revolucionários. As tentativas de autodeterminação têm um período de pausa, após a derrota definitiva do Imperador francês em Waterloo, em 1815, e, durante o Congresso de Viena, por parte das nações vencedoras, que dominou todo o espectro político no século XIX. Ainda para Carpentier e Lebrun (1993), apesar dos propósitos da Santa Aliança, o certo é que surgem novos surtos nacionalistas em França (as revoluções de 1830 e 1848) cujos movimentos produziram, na Europa, alterações significativas. A Bélgica separa-se da Holanda em 1831; a Itália unifica-se em 1861, após a expulsão da influência austríaca da maior parte do seu território; em 1871, o nacionalismo alemão atinge o seu auge, com a proclamação do império.

O nacionalismo político e o nacionalismo cultural tornaram-se parte integrante do liberalismo do século XIX. Segundo Carpentier e Lebrun (1993), o nacionalismo liberal inspirou muitos desenvolvimentos políticos e sociais, entre 1815 e 1880. Foi necessário recorrer à força e à luta como meio político de transformar o nacionalismo cultural em nacionalismo político. De acordo com Ferro (1996), o nacionalismo europeu alastrara-se por outros continentes, nomeadamente na América Latina, onde as colónias espanholas e a portuguesa, o Brasil, proclamam a sua independência. Gellner (1993) salienta que a sociedade industrial, surpreendentemente igualitária, com uma forte e anónima rotatividade social, tem sistemas educativos convenientemente implementados, com o objectivo de manter a homogeneidade cultural do meio linguístico. O mesmo autor salienta que o objectivo da cultura é extremamente galvanizante quanto à uniformização das diferenças estruturais na sociedade, precisamente em oposição ao papel da cultura nas sociedades essencialmente agrárias, cuja essência objectiva era o de acentuar, reforçar ou promover as referidas diferenças.

Por se julgar de interesse, damos a conhecer a caracterização das sociedades agrária e industrial, que se segue, baseado em Gellner (1993), que permite fazer uma leitura sinóptica dos traços que distinguem os dois tipos de sociedade referidos.

A caracterização das sociedades agrária e industrial

SOCIEDADES	CULTURAS EXISTENTES	OBJECTIVOS CULTURAIS	INSTRUÇÃO	FACTOS FUNCIONAIS	PREMÊNCIAS
AGRÁRIA	Cultura erudita Coexistente com Culturas populares	Cultura utilizada para distinguir grupos privilegiados	Alfabetização limita o abismo entre os cultos e os iletrados	Produção alimentar. Centralização política. Tempos de lazer para alguns	Necessidade de uma Igreja que serve de elo mediador.
INDUSTRIAL	Culturas eruditas	Cultura utilizada para uniformizar os indivíduos. Igualitária. Forte convergência dos modos de vida e redução do leque social	Alfabetização universal. Instrução é um investimento valioso. Elevado grau de sofisticação. Forte sistema educativo. Lealdade do Homem a uma cultura.	Crescimento económico. Mobilidade populacional. Individualismo. Interdependente e complexa divisão do trabalho. Tempos de lazer para todos.	Necessidade de um Estado, base de uma Nação.

Concluindo, podemos destacar os seguintes aspectos:

➤ Nação e nacionalismo são, para Smith (1991), fenómenos culturais e não apenas políticos e ideológicos, de acordo com a noção de identidade colectiva cultural. Para o mesmo autor, a nação não se confunde com comunidade étnica, embora aquela partilhe com esta certos elementos étnicos, não se confina forçosamente num território, e os seus elementos nem sempre compartilham uma cultura, uma divisão de trabalho, uma unidade económica, ou um código legal. Para Smith (1991), as nações são recentes: forçam a existência de um código comum de cidadania; têm uma economia unificada com base numa separação do trabalho única e móvel; precisam de um território de fronteiras naturais defensivas; e possuem uma cultura única e uma educação socializada de massas. O mesmo autor sublinha que o nacionalismo da época moderna é forçosamente uma reinterpretação ideológica da nação, indo buscar as raízes profundas nos traços e sinais deixados pelas etnias demóticas verticais pré-modernas, destacando que os nacionalismos étnicos existentes no século XX assemelham-se aos do século XIX. Trata-se de movimentos demóticos de mobilização e politização cultural, assumidos pela camada intelectual, em reacção de oposição à desigual distribuição do poder, exercido pelas etnias dominantes e o seu estado, lutando fervorosamente pela criação de um novo homem com raízes no passado histórico. Segundo Smith (1991), existem três razões pelas quais se deve procurar a origem das nações nos laços étnicos pré-modernos: as primeiras nações formaram-se nessa base, servindo de exemplo a outras; o modelo étnico difundia-se dessa forma e assentou na sobrevivência do tipo demótico, isto é difundia verticalmente a outros estratos uma cultura histórica, unindo-os sob uma herança única e tradições comuns; a nação em potência, mesmo sem traços étnicos, teve a necessidade de inventá-los. Smith (1991) conclui que o *nacionalismo*

da época moderna não é senão uma reinterpretação ideológica da nação, com raízes nos traços deixados pelas etnias demóticas verticais pré-modernas, em que a mobilização e a homogeneidade já existiam. O mesmo autor refere que o *nacionalismo* parece ser um movimento e uma ideologia.

➤ Gellner (1993) distingue o *nacionalismo*, fenómeno cultural, social e político de adaptação às condições da sociedade industrial, de ideologia nacionalista. O mesmo autor, ao salientar que o *nacionalismo* é um fenómeno moderno produtor da nação, e não consequência desta, sublinha que aquele fenómeno, sendo mais do que um estado afectivo pacífico ou neutro, implica a reivindicação de um estado protector de toda a nação, garante da sua independência e segurança, e coincidente com os limites dela. Não abordando o *nacionalismo* enquanto ideologia, define o fenómeno como um princípio político, defensor da correspondência entre a unidade nacional e a unidade política. Ainda merece ser destacado que o nacionalismo surgiu, no início, como uma continuação do movimento democrático, o qual, tendo conseguido a eliminação de privilégios, afirma a nação contra o mundo exterior.

Na opinião de Ferro (1996), o nacionalismo apresenta várias facetas: a romântica, humanista, aberta, da primeira metade do século XIX; a jacobina, francesa, do final dessa centúria; a anti-liberal, antidemocrática e antiparlamentar dos fascismos; a popular e militarista de *Péron*, na Argentina; a religiosa dos Árabes; a negritude de *Senhor* e dos países africanos. De facto, a força política nacionalista é muito mais vigorosa do que a do internacionalismo. De acordo com Theimer (1977), a par do princípio da nacionalidade e do seu alicerce, – o sentimento nacional –, surgiram, no século XIX, o nacional romantismo e o nacionalismo. De 1815 a 1880, o *nacionalismo* na Europa e na América Latina esteve estritamente relacionado com o liberalismo. Desta forma, no continente americano, do século XIX a meados do século XX, assiste-se ao aparecimento de diversos Estados na América Latina.

Segundo Dreyfus [et al.] (1996), só mais tarde, já no século XX, o anti-liberalismo político, o anti-democratismo e o reaccionarismo político reclamaram o direito exclusivo de se dizerem nacionalistas, irradiando-se tal vaga a partir de França, de *Barrès*, de *Maurras*, de *Doriot* e de *Prévost*. Segundo Bonifácio (1998), os liberais dos primeiros tempos julgaram que o liberalismo poderia ser mais bem sucedido dentro de um estado nacional do que nos grandes impérios, constituídos, na sua unidade política, por muitas nações. Historiadores, antropólogos e filólogos consagraram-se romanticamente à História, à língua, ao direito, ao folclore, aos costumes dos povos, tendência esta que surgiu na Alemanha e que se estendeu a Portugal com *Herculano* e *Garrett* e outros escritores.

Para Pearson (1994), as guerras para a unificação da Alemanha e da Itália, de 1859 a 1871, foram inicialmente empreendidas por liberais e com objectivos de liberdade, mas deram origem a um espírito militarista fortemente nacionalista, e a um orgulho exacerbado pelos progressos da nação. O nacionalismo foi esquecendo a liberdade e ele tornou-se cada vez mais reaccionário e imperialista.

Como tem sido referido, ao conceito de nacionalismo, está ligado o conceito de *imperialismo*, o qual apresenta duas vertentes:

- A era dos imperialismos, relacionados com a expansão colonial dos séculos XIX e XX;
- O imperialismo e a independência, na era da descolonização dos territórios africanos.

De acordo com Alter (1994), existe, pois, ligação entre o nacionalismo e os processos de colonização; entre imperialismo e descolonização. A conquista, em especial no século XIX, não havia sido planeada. Resultava da superioridade económica e tecnológica e não de uma orientação militar, por parte dos europeus, em relação ao resto do mundo. Na opinião de Ferro (1996), o conceito de imperialismo é de origem muito recente, e seu uso é muito limitado, surgindo em França, durante a Monarquia de Julho, como atributo dos partidários do bonapartismo e, também, para designar a política de Napoleão III. Mas, para Carpentier e Lebrun (1993), é na Inglaterra do século XIX que o termo adquire a sua verdadeira dimensão, com avanços e recuos, ao desenvolver-se um verdadeiro sentimento

do Império Britânico e da sua ligação com a Mãe pátria, a Grã-Bretanha, ao mesmo tempo que revela uma política de crescimento e de esplendor imperial. A era vitoriana, no seu final, é o exemplo mais real dessa época. Ferro (1996) sublinha que a primeira grande partilha económica do mundo, que teve lugar a partir do século XVIII, entre a Inglaterra e a França, nos finais do século XIX era posta em causa por países como a Alemanha, os EUA e o Japão, que se vinham afirmando no contexto mundial, pelas suas recentes mas poderosas industrializações, procurando criar áreas de influência, e pelos impérios coloniais que criavam. As pretensões destes países estavam repletas de contradições e ambiguidades, o que levou à eclosão de guerras e conflitos.

De acordo com Alter (1994), o imperialismo designa também a política de expansão inglesa, considerada como uma forma arrogante de nacionalismo, associada igualmente à política de expansão colonial. Em consequência, o domínio europeu em África, na Ásia e na América Latina era estabelecido com eficácia, através de administrações fortes, controladoras da paz e da segurança; e o elemento racial foi durante muito tempo impeditivo de ascensão e de uma cultura comum. Os governantes eram europeus; os restantes eram negros, ou de outra cor, ainda que o domínio branco procurasse respeitar os costumes locais e apoiar publicamente as autoridades tradicionais.

Rex (1988) salienta que, em África, obtida a independência, os rivais se apoiaram em grupos étnicos preexistentes e tradicionais na luta pelo controlo dos estados recentemente conquistados. Contudo, as fronteiras arbitrariamente impostas pelos colonizadores, não concordantes com áreas tribais e/ou étnicas, bem como a conservação das línguas coloniais como meios de governação e de educação, contribuíram para a instabilidade política e social de África. Burundi e Ruanda são casos típicos.

Hobsbawm (1990) prefere o termo *patriotismo* ao termo *nacionalismo*, para caracterizar o imperativo de lealdade e de identificação do cidadão ao estado. Para o autor, a nação é a escolha da cidadania com base na ideia do povo soberano, em ligação com o exercício de poder em seu nome, prendendo-se, pois, o conceito de nação mais com o estado e o patriotismo do que com o nacionalismo.

Enquanto o antropólogo Gellner (1993) e, em parte, o historiador Hobsbawm (1990) referem que o *nacionalismo* não é o puro despertar de forças antigas, em estado latente e adormecidas, mas a consciência de uma nova forma de organização social standardizada, com base num elevado nível ou grau de instrução civil, dependente da educação e protegida pelo próprio estado, Rubert de Ventós (1994) contesta, recorrendo aos seguintes argumentos:

- O *nacionalismo* pretende reconstruir a unidade mítica e a identidade perdidas, através dos laços básicos da família, através da religião, do território e da (s) localidade (s);
- Trata-se de uma reivindicação da identidade e da diferença, perante um mundo cada vez mais anónimo, provocante, indiferente, complexo e atomizado.

Deste modo, Rubert De Ventós (1994) toma os nacionalismos como paradigmas da ideia de identidade, num século que tem sido o mais popular no tocante às ideologias que inspiraram todos os movimentos revolucionários, e faz uma classificação dos nacionalismos, distinguindo os nacionalismos de estado dos nacionalismos sem estado.

O quadro seguinte evidencia o conceito de nacionalismo e permite fazer uma leitura sinóptica dos traços que distinguem as diferentes abordagens do conceito de nacionalismo, de acordo com os autores já referidos.

O conceito de nacionalismo

AUTOR/OBRA	CONCEITO DE NACIONALISMO	AMBIVALÊNCIA DO CONCEITO
<p>ERNEST GELLNER (1993)</p> <p><i>NAÇÕES E NACIONALISMO</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> -Não abordagem enquanto ideologia. -Princípio político defensor da unidade nacional, e a unidade política deve corresponder à outra. -Imperativo de legitimidade política através do qual as fronteiras étnicas não se devem sobrepor. 	<ul style="list-style-type: none"> -O autor não manifesta grande interesse pelo nacionalismo, enquanto ideologia, por considerar que esta inverte a realidade pelos seus mitos. -Reclama a continuidade e a defesa da cultura popular e da diversidade cultural, e pelo contrário é uma rotura e, cria uma cultura erudita e uma sociedade homogénea e anónima de massas.
<p>ANTHONY SMITH (1991)</p> <p><i>NATIONAL IDENTITY</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> -O nacionalismo da época moderna não é mais do que uma reinterpretação ideológica da nação, com raízes nos traços deixados pelas etnias demóticas pré-modernas, em que a mobilização e a hegemonidade já existiam. -As nações contrariamente às etnias são modernas porque exigem um código comum de cidadania. 	<ul style="list-style-type: none"> -A partir dos anos 60 ressurgiu contra as nações modernas estabelecidas um nacionalismo existente antes da 2ª Guerra Mundial, com o desejo de uma dupla identidade -cultura / nacional e, política / nacional numa identidade territorial / estatal.
<p>ERIC HOBSBAWM (1990)</p> <p><i>NATIONS AND NATIONALISM SINCE 1780</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> -O nacionalismo é uma ideologia, é um princípio que considera que a unidade política e a unidade nacional devem ser congruentes. -A nação pertence a um período recente da História e é obra da invenção social por parte do nacionalismo. -As nações são fenómenos construídos por cima. 	<ul style="list-style-type: none"> Depois de 1918 a independência nacional ocorreu em alguns casos sem revolução social sob o guarda-chuva da vitória aliada e, nos países derrotados onde o colapso provocou a revolução, o nacionalismo reemergiu na matriz do fascismo.

<p>XAVIER RUBERT DE VENTÓS (1994) NACIONALISMOS <i>El laberinto de la identidad</i></p>	<p>-Definição de nacionalismo por razões universais. -Reconstrói a unidade mítica, a identidade e a identidade em torno dos laços básicos da família, da religião e do território. -Reivindicação da identidade e da diferença perante um mundo anónimo indiferente, complexo e atomizado. -Aponta quatro factores de formação do nacionalismo: factores primários, factores indutores ou generadores, factores induzidos ou derivados e factores ou efeitos reactivos.</p>	<p>-Os teóricos do <i>national building</i> explicam a aparição do nacionalismo de estado como um produto da modernização e costumam citar simultânea e confusamente factores tais como: homogeneidade linguística, a força da administração central, o aumento da rede de cidades, a alfabetização e a educação, sem fazer a distinção se são entendidos como factores causais ou se são produzidos e instrumentalizados pelo nacionalismo.</p>
---	--	--

3. A Importância dos Movimentos e Conceitos de Nacionalismo no século XX, na Europa e no Resto do Mundo

3.1. Na Europa

Para Dreyfus [et al.](1996), o ressurgimento do nacionalismo e a procura de uma nova identidade nacional traduzem-se na contestação. Na Europa Central e Oriental, há, por todo o lado, a memória de um império falhado, tantos foram aqueles que se sucederam ao longo da História, desde o antigo império romano, passando pelos efémeros impérios eslavos, às mais poderosas ordens otomana ou Austro-Húngaro e à recente e breve órbita bolchevista soviética. De acordo com Vara Branco (2002), dividida em Oriente e Ocidente, a Europa tem uma antiga fractura exposta e real que, atravessando verticalmente os Balcãs, segue o percurso dos rios *Drina* e *Sava*. Aí se fez a linha de fronteira delimitada entre os impérios Otomano e Austro-Húngaro, entre o islamismo e a cristandade. Segundo Teich (1993) e Vryonis (s.d.), a primitiva divisão político-religiosa entre o Império Latino do Ocidente, com o Papa (católico), e do Oriente, com o Basileus (ortodoxo), acabou, assim, por perdurar através dos séculos, separando as posições religioso-doutrinárias até ao presente, constituindo duas órbitas distintas de cariz espiritual. Segundo os mesmos autores, toda a Europa Central e Oriental, definida como a zona incerta de pequenas nações entre a Alemanha e a Rússia, tem sido palco de gigantescas emigrações. Desta forma, os Eslavos aqui aportam entre os séculos VI e VII, divididos em múltiplas tribos que cobrem toda a Europa Central, desde as planícies do Norte aos maciços montanhosos que as bordejam, o dito quadrilátero boémio, onde viviam Celtas, a Oeste, e a cadeia dos Cárpatos a Leste. Para Teich (1993) e Heers (1976), este foi o local de eleição para a fixação, a Ocidente, dos Checos e dos Morávios e, a Este, dos Eslovacos. Os eslavos caminham ainda para sul até à costa do Adriático, repartindo-se essencialmente entre eslovenos, croatas e sérvios, e, ainda, mais para Leste, entre a Sérvia e o Mar Negro, até à Bulgária, onde, serão, depois conquistados pelos búlgaros, povo turco-mongol que, dando-lhes o nome, se renderá, todavia, à sua língua e costumes.

Para Heers (1976), neste conjunto que, desde o princípio, entra em choque com os povos germânicos, surge, nos finais do século IX, um elemento novo que constituirá a primeira fractura entre os eslavos: as tribos de turco-mongóis vindas das estepes da Ásia e que desembocaram nas planícies da Europa Central denominavam-se a si mesmos de *magiares*, mas os eslavos chamaram-lhes *hunos ugrinos*, isto é, húngaros, porque eles provinham da Urgia, para lá dos Montes Urais.

De acordo com Vryonis (s.d.), uns e outros misturavam-se, não sem que antes os magiares tenham imposto a sua língua e, em parte, a sua cultura, convertendo-se, em troca, ao Cristianismo. Os eslavos foram cristianizados, mas o grande cisma que atingiu a Igreja romana separá-los-ia. A maioria dos eslavos do Sul adoptou a versão do Cristianismo ortodoxo, apresentada na forma eslava, pelos apóstolos Cirilo e Metódio, que lhe legaram, para além da fé, um alfabeto. Para o mesmo investigador, as diferenças

entre sérvios e croatas são as mesmas existentes entre polacos e russos. A filiação religiosa e o alfabeto exemplificam-nas. Mas outro dado mais substancial decorre do Cisma: o Cristianismo ortodoxo assenta nas igrejas nacionais; a Fé de Roma articulava-se de modo universalista.

Segundo Vryonis (s.d.) e Hoetzsch (s.d.), com o Cristianismo ocidental, uns adoptaram a concepção romana da hierarquia e o latim como língua erudita. Aqui, surge o contacto com a cultura ocidental e, em seguida, com a influência germânica. Por esta via, caíram os eslovenos na órbita do Cristianismo Ocidental e os croatas, durante o século XII, perderam a independência, por um breve período, inferior a duzentos anos. Para Hoetzsch (s.d.), a cisão afectará tanto os Eslavos do Norte como os do Sul: depois da conversão do príncipe russo Vladimir, príncipe de Novgorod e Kiev, ao Cristianismo Bizantino, no final do século X, os Russos vão opor-se aos polacos, católicos, como, no Sul, os Sérvios, ortodoxos, se oporão aos Croatas, católicos. Mas esta foi a diferença que permitiu aos Sérvios conservarem a sua independência para além da dos croatas, até à chegada dos turcos, três séculos mais tarde.

De acordo com Vryonis (s.d.), há um segundo momento indispensável à compreensão dos acontecimentos recentes: dos altos planaltos da Mongólia, descendo para Ocidente, os Turcos chegam à Ásia Menor, no dealbar do século XI. A ocupação da Península da Anatólia pelos Otomanos determinará o futuro da parte Leste do continente europeu. Animados por vontade de conquista, concretizada na queda de Constantinopla, em 1453, os Turcos ocuparão, por cinco séculos, o Sudeste europeu, dominando Buda, capital da Hungria e chegando a Praga ou Viena.

Carpentier e Lebrun (1993) sublinham que a tolerância otomana permitiu a coexistência religiosa e cultural e o atraso e a ruralidade do império coincidem com a fase última deste, ou seja, a do declínio, que durou dois séculos. Segundo Vara Branco (2002), o estabelecimento do Império Turco fez da Europa Central um corredor de passagem para mais migrações de povos e criou uma nova realidade política, a dos muçulmanos europeus, cujos descendentes, ainda hoje, vivem na Bósnia Herzegovina, na Albânia e na Bulgária. Para Carpentier e Lebrun (1993), a ordem otomana foi concomitante a uma outra ordem, a Austro-Húngaro, cujos limites geográficos sofrem alterações de acordo com os interesses e jogos políticos internos, ao mesmo tempo sofrendo a influência de situações vividas pelo império vizinho. No final do século XVII, o império otomano era uma pálida sombra do que tinha sido o seu poderio, e o seu declínio torna-se inevitável. Por outro lado, a situação interna do império Austro-Húngaro, onde, a partir de finais do século XVIII, ganham força as novas ideias do liberalismo e do nacionalismo, torna-se confusa. Assim, para os mesmos autores, por toda a Europa Central e Oriental do século passado, assiste-se ao desenvolvimento da língua e da literatura, exaltando as nacionalidades, com as suas características, as suas crenças e os seus mitos.

Segundo Dreyfus [et al.] (1996), a partir dos finais da Primeira Grande Guerra, verificou-se que o processo de construção dos estados nacionais iria ser imparável, só abrandando na Segunda Guerra Mundial e nos *Acordos de Yalta*, consagradores da versão conhecida de *fractura vertical*.

Para Vara Branco (2002), pelo caminho ficou o Tratado de Versalhes, em que as potências vencedoras da Primeira Grande Guerra desenhavam um novo mapa europeu, com graves perigos para o futuro, como veio a acontecer, sem qualquer espírito de justiça e posição de raça. Nos acontecimentos actuais, o nacionalismo surge como uma identidade formal, suficientemente poderosa para poder juntar lealdades e identidades existentes anteriormente ou, ao mesmo tempo, em termos religiosos. Para Vara Branco (2002), a antiga Jugoslávia é um facto paradigmático dado que a questão nacional se tornou no principal problema político. Outro dado significativo é a ex-Cecoslováquia, onde as questões económicas impulsionaram as razões políticas dos nacionalismos. Daí o aparecimento de dois estados independentes: A República Checa e a Eslováquia.

3.2. No Resto do Mundo

Nos finais do século XIX, assiste-se, na África e na Ásia, a um enorme movimento de expansão colonial europeu, acompanhado pelos EUA e pelo Japão. O império colonial europeu encontra a sua origem no início do século XV, com a conquista da América e com o estabelecimento das primeiras

feitorias em África e na Ásia. Segundo Ferro (1996), este movimento, que prossegue de maneira descontínua, com fases de expansão e de retracção, até ao século XVIII, conduz à criação de impérios europeus de envergadura e poder. A dominação britânica, no início do século XIX, estendia-se à Índia, à África do Sul e ao Canadá, dispondo ainda de possessões coloniais na Austrália, na Nova Zelândia, nas Caraíbas e na Guiana. Também a Holanda contava com importantes colónias no Extremo Oriente, na Indonésia. A França, a Espanha e Portugal conservavam, ainda, dos seus antigos impérios, territórios dispersos pelo mundo. Para o mesmo autor, nos começos do século XIX, assiste-se a uma nova fase de expansão colonial com a política imperialista da Grã-Bretanha, prosseguindo uma estratégia de penetração na Ásia, enquanto que os franceses se estabeleciam no Norte de África e empreendiam acções no Sueste da Ásia, onde iriam lançar as bases do seu novo império.

Kedourie (1993) salienta que, a partir da década de 1870, se organiza um grande movimento de expansão europeia, conduzindo à partilha de África, na Conferência de Berlim, e à constituição definitiva dos impérios coloniais da época contemporânea. Surge, então, o conceito de imperialismo, que se pode considerar como uma forma arrogante, impiedosa de nacionalismo. À implementação ávida das colónias e às raízes deste movimento refere-se Torres (1989):

(...) A Europa, mercê de toda uma história de contacto com os povos mais diversos do mundo, mercê de um aumento de população que lhe permitiu implantar colónias por toda a parte, mercê de um desenvolvimento científico e cultural que lhe permitia encontrar instrumentos multiplicadores do seu esforço produtivo e da rapidez de trocas, mercê também do desenvolvimento científico das técnicas bélicas, o que lhe permitia recorrer ao domínio insuperável das suas armas, quando outros recursos não eram eficazes, criou uma preponderância absoluta sobre os demais povos e estados do mundo. (p.267).

Segundo Ferro (1996), as potências coloniais europeias, após a Segunda Guerra Mundial, começam a entrar em declínio, situação que anda a par com o surgir e o romper dos nacionalismos, quer em África, quer na Ásia. A descolonização surge, deste modo, como um movimento histórico continuado. Para o mesmo autor, a Ásia é a primeira a sacudir o jugo das potências-mãe, com a independência da Índia, em 1947, da Indonésia, em 1949, e com o início da guerra da Indochina. Em seguida, vem a África, imenso território de inúmeras riquezas, onde, na década de 50, o germen nacionalista no Norte do continente africano obriga a França a abandonar os seus protectorados da Tunísia e de Marrocos e, mais tarde, a Argélia, com toda a tragédia conhecida. O movimento descolonizador varre, rapidamente, todo o continente africano, incentivado pela confrontação política e ideológica das potências americana, soviética e chinesa, durante a guerra-fria. Durante este período e no auge da confrontação Leste-Oeste, constituem-se dois blocos antagónicos, consolidados, de ambos os lados, pela constituição de fortes alianças. O desmantelamento dos impérios coloniais europeus tornou-se um alvo por parte das duas grandes potências, sempre seguidas de perto pela China comunista, de modo a atraírem as simpatias dos povos que se emancipavam do jugo colonialista. Eles irão fazer parte do chamado *Terceiro Mundo*.

Para Hobsbawm (1996), apesar da influência maciça das superpotências, numerosos países independentes esforçaram-se por fugir a essa terrível situação e procuraram orientar-se por um não-alinhamento. A Conferência de BANDUNG é o paradigma típico desse posicionamento, como os encontros seguintes o são do não-alinhamento. Na opinião de Ferro (1996), é um facto que as guerras europeias, de 1914-1918 e 1939-1945, fizeram com que a Europa perdesse o seu papel de guia, pois houve uma mudança no perfil da História Mundial a favor dos EUA e do Extremo Oriente. Os EUA foram os defensores da autodeterminação e da soberania para as regiões menos desenvolvidas do globo, nos anos 40, fazendo com que tenham surgido novos Estados. Por isso, a política mundial moderna alterou-se a partir dessa data.

3.4. O Etnocentrismo na Educação

O interesse por questões especificamente nacionais desenvolve-se no século XIX, paralelamente à formação das nações burguesas e ao aparecimento de uma concepção universalista da educação. Contudo, os temas nacionais tiveram o seu começo em pleno Século das Luzes. Hobsbawm (1983) revela que, na segunda metade do século XIX, com o impulso do próprio poder político e da opinião pública da época, a educação apresenta um objectivo fundamental: a afirmação da identidade nacional e do significado das tradições seculares. Portanto, a tradição e as características nacionais ocuparam todo o domínio da educação. Para Hermet (1996), este fenómeno é visível nos países de formação antiga como a França, nos países recentemente formados, como a Itália e a Alemanha, e nos países que se encontravam à procura da sua própria identidade nacional, no seio de um estado multinacional, como no Império Austro-Húngaro. Os países onde o poder era exercido por uma dinastia ou por outro qualquer grupo, tinham eles próprios fundado a nação com o apoio de uma religião de estado, destinada a servir de força de coesão. Segundo Vryonis (s.d.), o caso típico é o da Bulgária, onde a religião ortodoxa se liberta do jugo e influência de Bizâncio.

Segundo Hobsbawm (1990), desde a segunda metade do século XIX, o *Etnocentrismo* torna-se relativamente forte e pronunciado no sistema da educação prussiana, em particular depois da guerra franco-prussiana de 1871. Os professores ou mentores alemães foram os verdadeiros ganhadores da guerra. Depois da Primeira Grande Guerra, os estados multinacionais, como o império Austro-Húngaro, a Turquia e, de uma certa maneira, a Rússia, desintegram-se, rapidamente, perdendo parte do seu território. Com as suas fronteiras modificadas, o *etnocentrismo*, no domínio da educação, progride a passo de gigante.

Para Vara Branco (2002), como conclusão, poderemos destacar: desta forma, as tendências de integração e centralização, na educação, são contemporâneas da formação e da consolidação dos estados nacionais, e da expansão das doutrinas de cariz nacionalista, em detrimento dos particularismos locais e regionais. É com a democratização das sociedades, com a implicação dos princípios de cidadania e de igualdade dos cidadãos que essas tendências tendem a inverter-se. O nacionalismo, em nome dos particularismos e da identidade nacional, conduziu ao desmembramento de impérios e de dinastias imperiais; pela implantação da violência e em nome da nação, da unidade e do povo (identidade nacional), destrói os particularismos regionais. A língua era transformada em elemento constitutivo e fundador do estado. Por isso, os estados nacionais obrigavam ou impunham a língua dominante, como língua oficial (exemplo: A Espanha, no período da ditadura, impunha o castelhano oral e escrito a todas as regiões do país). Para cada país, é vital recriar, por assim dizer, o seu passado, de modo a exaltar as suas características próprias e a pôr em destaque a sua superioridade.

Para Kotek (1994), no fim do século XX, no decurso dos anos 70, e hoje ainda, o etnocentrismo ganha terreno. A identidade nacional e as diferenças nacionais voltaram a ser importantes na Europa de Leste e em muitas outras regiões do planeta. E na própria Europa Ocidental, o exemplo típico é o da Bélgica – Valões / Flamengos.

Toda a comunidade, seja ela antiga ou recente, preserva e acarinha as suas próprias tradições e favorece a sua cultura nacional, que se transmite através da educação. Para qualquer indivíduo, o importante é a sua dependência da comunidade, para se afirmar. Mas o desprezo, a arrogância e a agressividade, conjuntamente com a exaltação quase mística da identidade nacional e das qualidades, reais ou imaginárias, deformam a comunidade e o indivíduo. Enfim, não é preciso desconhecer o facto de que o ressurgimento explosivo do sentimento étnico é, em muitos casos, um simples meio de exprimir abertamente os interesses políticos e económicos de regiões que se querem afirmar, perante os governos centrais. Para Delannoi (1991), o etnocentrismo pode ser estudado em disciplinas que são tradicionalmente o seu veículo privilegiado, como a História, a Literatura e a Geografia. Assim, a óptica nacional impõe-se nos manuais das referidas disciplinas, o que, portanto, destaca o etnocentrismo na educação.

Nos primeiros decénios do século XX, em Portugal, no momento em que uma corrente poética de cariz nacionalista, conjugada com o *Integralismo*, revelava a sua força, Cruz (1982) e Mattoso (1993)

salientam que essa ambiência se fazia sentir em muitos dos temas da nossa História. Para Torgal (1989), o Estado Novo movimentava toda a sua acção e todo o seu programa em volta da causa dita nacional, invocando o interesse na restauração da alma da Pátria, não sendo de estranhar que a exaltação patriótica procurasse enaltecer os valores nacionais, inseridos nos hábitos e costumes do nosso povo. Proença (1995) sublinha que se, por um lado, factos históricos, como o ultimato inglês, desencadearam uma vertente nacionalista do ensino da História, em Portugal, (que a liga ao culto da Pátria, a par de certa mentalidade romântica), devemos também considerar que, a pretexto de aspectos formativos, se tem assistido a aproveitamentos ideológicos do poder instituído. Isto mesmo é patente na análise histórica dos períodos propícios à mais forte exaltação nacionalista. Para o mesmo autor, já na Monarquia Constitucional, Jaime Moniz conferia um relevo especial à História de Portugal, com implicações práticas em todos os liceus nacionais. A principal inovação provinha das metodologias empregues, sendo atribuída, especificamente à História, responsabilidades formativas, por exemplo, no desenvolvimento da inteligência, da memória, da vontade moral, do sentido artístico, do amor à humanidade e algumas virtudes morais, como a solidariedade. Segundo esta metodologia, o seu autor propunha quatro níveis: no primeiro ano, a apresentação de vultos da história ou os seus actos heróicos, apelando à inteligência e fantasia dos alunos; no segundo ano, procedia-se ao estudo propedêutico (se bem que com maior profundidade) em que, à volta das personagens, se agrupavam já os factos a elas ligados; no terceiro ano, no decurso do estudo das civilizações clássicas, a abordagem da história tornava-se mais complexa, tendo em vista conceitos de causalidade científica dos fenómenos; e os últimos anos de ensino beneficiariam com a relação dos factos, utilizando mesmo os ensinamentos provenientes de anos anteriores. Cumulativamente, propunha-se uma visão interdisciplinar da história, nomeadamente nas suas relações com a geografia e as línguas, que servissem de instrumento à aprendizagem.

Ainda segundo Proença (1995), a Primeira República não foi um período fértil em mudanças significativas da História, como disciplina, e do seu ensino, nas vertentes científica e pedagógica. Na época final da Grande Guerra, os programas são fundamentalmente nacionalistas, representando a História de Portugal uma parte substancial dos currículos, o que em relação ao ensino secundário da época ocupava cinco dos sete anos liceais, conferindo uma explicitação definida como seja a da qualidade de «ser português». Houve mesmo uma reforma em 1918 que inovava o currículo, a ponto de introduzir o ensino de uma história local consignada aos últimos anos liceais, que seria abandonada na reformulação do ano seguinte.

Os movimentos culturais do Ocidente, no início do século XX, nomeadamente os movimentos portugueses, correspondem a uma crítica ao realismo e, ao mesmo tempo, ao predomínio dos temas populares e épicos nos universos artísticos e culturais. Para Mattoso (1993), apesar de a Primeira Grande Guerra ter contribuído para uma mais acentuada mudança de mentalidade e alteração do *modus vivendi*, o desenvolvimento de uma cultura de elite fez-se sentir ainda mais, traduzida na existência de valores de excepção, na exaltação das elites e da tradição, num quadro dos ideais nacionalistas, em termos da recuperação de valores fortes, tradicionais e épicos.

Segundo Cruz (1982), a França, a Alemanha e a Itália foram países de eleição nessa divulgação. Trata-se, precisamente, da orientação filosófico-política da revista francesa *Action Française*, dirigida por Charles Maurras, Leon Daudet e Bernanos, que teve influência decisiva em Portugal, na chamada direita portuguesa. Foi um marco importante na estratégia político-cultural da época. Uma vez mais, fazia-se sentir, no nosso país, a influência do exterior. Assim, de acordo com Mattoso (1993), o nacionalismo português envolve a Primeira República, que se afirmara no contexto do *Ultimatum* inglês, mas também não deixa de influenciar os movimentos nacionalistas no sentido da restauração da monarquia ou da implantação do cesarismo ditatorial. Exemplos desta ambiência são alguns movimentos (e seus órgãos oficiais) e revistas:

- *A Alma Portuguesa*, em 1913, de Domingos Gusmão de Araújo;
- *A Nação Portuguesa*, de 1914 a 1916, dirigida por Alberto de Monsaraz e de 1921 a 1923, orientada por António Sardinha; é neste segundo período que tem a colaboração dos

representantes/simpatizantes do movimento político-social, de cariz maurrasiano, conhecido por *Integralismo Lusitano*;

- A *Monarquia*, de 1917, fundada por Alberto de Monsaraz, após ter abandonado a Nação Portuguesa, mas dentro do espírito cesarista e nacionalista;

- O jornal *Ideia Nacional* de Francisco Homem Cristo, nacionalista militante e admirador de *Mussolini*;

- O movimento nacionalismo-sindicalismo, de influência alemã, fundado por Rolão Preto.

Para Mattoso (1993), esta movimentação político-militante, predominante no século XX, teve já algumas aproximações ao nacionalismo literário de teor sebastianista, o qual, de Cesário Verde a Gomes Leal, passando por Eugénio de Castro, Júlio Dantas e outros, se iria definindo para se situar, em 1890, na contextualização do *Simbolismo*.

O mesmo autor sublinha que, em 1910, forma-se uma sociedade cultural no Porto, em volta da revista *Águia*, cujos directores foram Teixeira de Pascoaes e António Carneiro, e que constituía o órgão oficial da sociedade e do movimento do *Simbolismo* – A Renascença Portuguesa. Ainda para o mesmo autor, este movimento de orientação republicana, saudosista e sebastianista, faz reviver a visão de um Portugal agrário, conduzido por uma elite organizadora e implementadora dos ideais de justiça social e de educação, sob a alçada de uma governação forte, disciplinada. Em breve, alguns colaboradores da Renascença Portuguesa começaram a discordar da orientação tradicionalista e nacional do movimento e fundam outra revista, *A Seara Nova*, que incluía nomes como António Sérgio, Jaime Cortesão, Raul Brandão, Aquilino Ribeiro, entre outros.

Segundo Artaud (cit. por Wolton, 1994), existem duas variantes de *nacionalismo*, com fundamento nos aspectos político e cultural da nação, que podem ser resumidas nos seguintes termos:

- *Nacionalismo cultural*, com a afirmação da qualidade específica de uma nação e que os distingue; para o autor, trata-se do apego à sua cultura, sendo uma via conducente ao universal.

- *Nacionalismo cívico* que, em extremo, leva ao chauvinismo, traduzido por lutas aduaneiras e questiúnculas económicas, quando não é a guerra total; para o autor, o cívico assume-se como a preferência do seu país contra outros e, por conseguinte, anti-universalista.

Para Wolton (1994), os nacionalismos que se fundam em cada um destes aspectos da nação são, não só diferentes, mas pelo menos em certos aspectos, opostos.

Na perspectiva de Todorov (1989), a nação é uma entidade, ao mesmo tempo política e cultural, sublinhando que as entidades culturais e políticas sempre existiram e que as nações são uma inovação moderna, na Europa.

Em relação ao conceito *nação*, Todorov (1989) propõe dois sentidos:

- Um *interior*, que dominou antes e durante os primeiros períodos da Revolução Francesa; a nação assume-se como um espaço de legitimação e opõe-se, enquanto origem do poder, ao direito real ou divino; recorre-se à nação para combater os privilégios sociais ou os particularismos regionais;

- Um *exterior*, assumindo-se como um todo, em relação ao estrangeiro, opondo-se a nação, como um todo, às outras nações;

Todorov (1989) refere também que, no encontro dos sentimentos diferentes, o interior e o exterior, o cultural e o político, formam a nação e o nacionalismo, entidades especificamente modernas.

Ora, como diz Wolton (1994),

(...) para neutralizar o nacionalismo vale mais assumi-lo em todas as suas dimensões e não só na dimensão cultural que todos lhe reconhecem hoje. É assumindo estas quatro dimensões culturais e políticas, exteriores e interiores, inclusive no que elas têm de doloroso, que o nacionalismo poderá, neste novo contexto político e cultural, tornar-se um nacionalismo do interior, um nacionalismo cultural, menos político e menos exterior. (p. 299).

Há que reconciliar nacionalismo e universalismo, não sob a perspectiva emancipadora dominante do universalismo, como aconteceu desde o século XVIII, mas com outra faceta: a de um certo universalismo, onde o nacionalismo tenha lugar como simétrico e não como negação. Por isso, Wolton (1994) destaca a importância da aproximação entre nacionalismo e comunicação, em especial, quando os dois se encontram frontalmente no mesmo movimento de libertação do Leste da Europa e do resto do Mundo. O triunfo da comunicação, ao fazer reviver o sentimento de nacionalismo, com abertura e conhecimento ao mundo, contribui para a unificação do Mundo, à semelhança do que já sucedeu nas diferentes tentativas de unificação da Europa.

4. A Alemanha: Do Sacro Império Romano até à tentativa de uma Filosofia de Estado de Hegel

Para Greenfeld (1998), o nacionalismo é um fenómeno histórico de grande importância. Aparecendo numa época e desaparecendo noutra, a nacionalidade foi o princípio construtivo da modernidade. A identidade nacional é uma questão de dignidade e o poder de que o nacionalismo se assume para moldar ou modificar o comportamento colectivo torna-o de suma importância para os povos. O surgimento da consciência nacional na Alemanha foi particularmente rápido, não se podendo falar dessa consciência antes de 1806. Cerca de 1815 atingiria a sua maturidade e os seus arquitectos seriam os intelectuais profissionais e não a aristocracia e a elite dirigente como noutras nações. Desde muito cedo, sabe-se que, na Alemanha, os intelectuais da classe média constituíam um grupo social à parte da sociedade, os quais foram resultado da educação ministrada nas universidades alemãs. Contudo, os princípios da identidade nacional alemã surgem na Idade Média e com ligação ao Sacro Império Romano. A partir do século XVIII fizeram-se tentativas com o objectivo de definir as fronteiras da Alemanha, desde o rio Elba ao rio Reno e até à Hungria. Estas tentativas foram, no entanto, apenas geográficas, porque a ideia de estado-nação era ainda desconhecida, não existindo uma consciência intelectual e cultural do que era ser alemão.

Segundo Greenfeld (1998), a palavra nação já fora, anteriormente, empregue na maioria das línguas europeias ocidentais, nomeadamente no século XIV, quando *natio* apontava para a origem comum de um grupo de indivíduos e para uma comunidade étnica ou habitantes da mesma região. No entanto, *natio* não envolvia um tipo de forma organizacional política, começando apenas mais tarde a ter conexões de ordem política. O que merece ser salientado é que, somente nos finais do século XVIII, se levanta a questão do que é ser pertencente ou não a uma determinada nacionalidade. Nesta ocasião nação é constituída por uma comunidade de indivíduos, isto é um povo que partilha a mesma língua, costumes, lendas, um passado e territórios comuns.

Nesta altura, a Alemanha é um espaço definido e demarcado pela existência de duas forças que actuam simultaneamente em dois sentidos antagónicos: o da dispersão política do território e, em segundo lugar, o da união política e cultural. Este espaço é dividido desde a Idade Média, com alguns estados de dimensões de cidade-estado, e outros, como a Áustria e a Prússia, com dimensões muito superiores e com pretensões hegemónicas. O império tinha, fundamentalmente, duas funções, como sejam a defesa e a justiça, criando o ambiente propício para que vários pequenos estados pudessem coexistir e perpetuar-se durante séculos numa aparente união. Esta ligação verificou-se primeiramente na língua, depois na cultura e literatura e na história posteriormente.

A identidade germânica perdurou até à ocupação napoleónica e haveria de marcar a ideia de nacionalidade alemã, enfatizando a vertente regional desta. Paralelamente a esta aquisição territorial assiste-se a uma vontade unificadora alemã, apoiada pelo uso da mesma língua. Estas tendências, com origem numa classe que estava a crescer socialmente, a *classe esclarecida*, conhecida por *Bildungsbürgertum*, estavam de acordo com o que se passava na Europa de então. Os *Bildungsbürger* procuravam identificar-se com a aristocracia, que não se misturava com eles e desprezavam a burguesia, à qual se encontravam ligados de um modo inseparável. As oportunidades surgidas aos *Bildungsbürger* no funcionalismo público alemão começaram, no entanto, a diminuir para os finais do século XVIII, face à crescente concorrência por parte da nobreza. Esta realidade explica, como em 1770, *Goethe e Herder*, na cidade de Estrasburgo, passam da orientação da *Aufklärung* para o germanismo que caracteriza todo o movimento *Sturm und Drang*. Desta forma, podemos sublinhar que a filosofia das luzes na Alemanha não

desenvolveu no campo da ideologia política a mesma força provocadora que em França. A partir de 1770 já defrontava uma reacção anti-intelectual e anti-cosmopolita, a do *Sturm und Drang*.

O movimento *Aufklärung* não deixou, contudo, de ter implicações políticas, por ser nitidamente política e por ter influenciado as ideias e o pensamento de autores como *Kant*, *Herder*, *Fichte* e *Hegel*. Na *Aufklärung*, *Kant* buscou o postulado de um real progresso homogéneo da humanidade visando a liberdade e a moralidade, numa só palavra a paz perpétua. É contra a não originalidade da literatura e dos costumes alemães, imitando os estrangeiros que *Herder* combate por uma originalidade germânica. Posteriormente, aquele pensador foi o principal teórico do *Sturm und Drang*. Para *Fichte*, a filosofia é uma filosofia do universal, mas é com a nação alemã e exclusivamente com ela que ele assegura o triunfo do universal, sendo uma das origens do *pangermanismo*. Com o movimento do *Iluminismo* e a exigência da liberdade de pensamento exigia-se a liberdade política e a oposição ao *Despotismo Esclarecido*, uma vez que o *Absolutismo* político era a característica geral dos estados alemães. Afinal, a crise intelectual do século XVII teve a sua origem natural nos excessos do absolutismo. A Alemanha do século XVIII conheceu, como em toda a Europa, a sua época da filosofia das luzes: a *Aufklärung*, cujo lar era a Universidade de *Halle* e posteriormente a Universidade de *Göttingen*. Aquele movimento, derivado das concepções de *Leibnitz*, foi designado por um discípulo daquele, cujo nome é *Christian Wolf*. No entanto, a *Aufklärung* apenas entrou e penetrou num restrito núcleo da intelectualidade alemã, coexistindo com o movimento do *Pietismo*. Embora tratando-se de um movimento de ideias políticas, ele foi essencialmente uma pedagogia da razão crítica nas categorias éticas, preocupando-se pois com os problemas morais e religiosos. Com a vitória das forças do Antigo Regime, devido ao esmagamento das sublevações populares, por parte do exército, é verdade que o Rei da Prússia tenta agrupar em torno de si mesmo uma federação dos Estados do Norte, mas a Áustria, com o apoio da Rússia, intima Berlim com um ultimato, perante o qual a Prússia se vê na obrigação de recuar. A ideia de uma Alemanha liberal e parlamentar unida pela vontade da nação alemã claudicou com a queda do Parlamento de Frankfurt. Ao mesmo tempo, assiste-se ao início das rivalidades entre a Áustria dos Habsburgos e a Prússia que dominava o problema da unidade alemã.

Como movimento de pensamento, o *Romantismo* foi uma resposta aos receios e frustrações dos *Bildungsbürger*, provocados pela *Aufklärung*.

O valor potencial do *Aufklärung* era a razão e era o racionalismo, tudo aquilo contra o que os românticos se revoltaram. A acusação destes à sociedade do *Iluminismo* era a generalização da sua experiência pessoal nela registada, de modo que a promessa não cumprida do *Aufklärung* para com os intelectuais sem sucesso, levou-os a pensar que a razão separava o homem da comunidade.

5. A nação alemã nos séculos XVIII e XIX: a importância dos mitos e lendas. Um caso paradigmático.

De acordo com Greenfeld (1998), o mistério, que sempre constituiu um desafio para o homem, pode conseguir criar uma rica herança de lendas e mitos. Muitas das histórias, criadas pela própria imaginação do homem, foram conservadas em lendas e canções populares ou na arte, poesia e escultura em diferentes épocas. Sabemos que tantos os mitos como a história procuraram envolver as ideias relacionadas com o tempo, expressas de acordo com os significativos acontecimentos e capazes de deixar uma marca permanente e consistente na vida dos povos.

Na *nação* alemã, a língua era um elemento central para o seu pensamento, no século XVIII, não tanto pela discussão acerca da pureza da língua, mas sobre a diversidade das línguas e a origem da linguagem. O debate corria em torno da origem divina ou humana daquela. Em relação à diversidade das línguas sobressaía a tese explicativa dessa diversidade em função das diferenças existentes nos factores climatéricos, por influência dos grandes divulgadores em França e no resto da Europa do século XVIII.

Na perspectiva de *Herder*, salienta-se que, sendo a linguagem uma faculdade humana, uma capacidade anterior e interior à própria espécie humana, então a diversidade das línguas não seria explicada por factores externos acima referenciados, mas apenas por factores de ordem interna. Em termos muito genéricos, *Herder* sublinhava que as línguas se haviam progressivamente alterado e

afastado de uma origem comum, por vontade do próprio homem de uma determinada comunidade e que o carácter interior da língua estava em estreita relação com a cultura; ao mesmo tempo que salientava a dicotomia, o homem criava a língua e esta criava o homem, destacando a complexa relação entre o indivíduo, o social, a língua e a cultura, que constituiu a base filosófica do pensamento de *Herder*, frequentador da Faculdade de Teologia da Universidade de *Königsberg*, grande centro cultural na época.

Como podemos observar, a reflexão sobre a linguagem que decorria na Alemanha dos finais do século XVIII e princípios do século XIX não era uma questão académica, mas sim uma reflexão política e nacionalista, sendo de destacar como um caso paradigmático a posição assumida por *Von Humboldt* na Prússia.

Quando as forças invasoras napoleónicas abandonam o território alemão em 1813, vêm de novo ao cimo os argumentos políticos relacionados com a comunidade de costumes, língua e literatura, que apontavam para a natural unidade política de um povo, partilhada por um povo com a mesma língua e cultura, revendo-se num passado histórico comum. Como exemplo, destacamos de novo a figura de *Von Humboldt* que faz da história da Alemanha uma história familiar, dando uma maior ligação à imagem de um todo social, unido indiscutivelmente por laços familiares. De acordo com o mesmo pensador prussiano, a unidade alemã teria de ser marcada pelo estado, mas assente fundamentalmente na língua, na cultura, nos costumes, nos mitos, numa palavra, na memória colectiva e histórica de um povo, compartilhada ao longo dos tempos.

As comunicações à Nação Alemã de *Fichte*, publicadas em 1808, reconhecidas como a bíblia do nacionalismo, deram ao sentimento nacional uma expressão ideológica articulada, uma vez que aquele pensador propõe a possibilidade de uma nova época para a Alemanha, através dos melhores caminhos visando a construção desse futuro auspicioso.

Fichte destacava que as diferenças existentes entre os alemães e os outros povos de língua germânica assentavam na tribo ou na etnia a que pertenciam, na língua que falavam, no território onde se instalaram e na memória colectiva e histórica comum possuída, sublinhando que os alemães haviam permanecido nas terras inicialmente povoadas pela tribo original e preservando a mesma língua, em oposição a outros povos que se desviaram das suas origens germânicas. *Fichte* procurava destacar que do desvio resultaria as consequências políticas, sublinhando por outras ideias e palavras que o desvio linguístico havia sido o causador da diferença real existente nos sistemas políticos e entendendo que a mudança territorial por si só não modificava um povo que continuasse a utilizar a língua original.

É de notar que as ideias propaladas por *Fichte* vão ao encontro das propostas de *Herder*, no referente à ténue influência de factores externos na formação da língua. Mas ainda vai mais longe quando abordava que a língua alemã era a única língua natural sobrevivente, sublinhando que a língua alemã era a língua original, a única língua europeia que estabelecia uma relação directa com o real, o que procurava realçar que os conceitos de liberdade, de humanidade e outros só eram válidos e verdadeiros quando pronunciados na língua alemã.

Também a música, que era a objectivação da emoção e por isso partilhava da sua divindade, foi a mais alemã das artes, evidenciando a crença no criativo potencial do génio alemão e elevando a Alemanha como o grande centro musical do mundo.

Face às atitudes dos pensadores alemães do século XVIII, podemos destacar que o nacionalismo alemão se baseou na comunidade étnica, de língua, da cultura e de história, mostrando em termos jurídico-filosóficos a aquisição de consanguinidade na formação da nacionalidade alemã, sendo por isso o resultado de uma construção ideológica. Contudo, merece ser destacado que o nacionalismo alemão fez tudo para a elevação simbólica das massas, pois venerou o povo, em especial o campesinato (*Volk*), e modificou de modo profundo e consistente a natureza da hierarquia dos estatutos na sociedade alemã.

6. A Alemanha entre 1815 e 1848: situação política e social

Durante os primeiros decénios do século XIX, a luta pela unidade da Alemanha estava intimamente ligada com a luta pela liberdade política do povo alemão. No princípio do século XIX, as regiões da Alemanha entre o Rio Reno e o Rio Elba evoluem para a emancipação individual e a unidade,

dado que estas zonas haviam sofrido igualmente a influência da Revolução Francesa. A abolição do *feudalismo* fora o motor de arranque que a Alemanha precisava para a sua evolução (Greenfeld, 1998).

Na Alemanha Central, esta deixou de ser um conjunto de pequenos principados, para se centrar em alguns territórios: o *Saxe*, a *Baviera*, o *Wurtemberg* e *Baden e Berg*, elevados pelo imperador Napoleão a grão ducados, e conservaram-se alguns principados importantes como *Hesse* e *Nassau*. Por isso, é usual dizer-se que Napoleão foi o perpetrador da unidade alemã. Por essa altura, também o nacionalismo começa a despertar na Alemanha e a Prússia revela um papel preponderante como potência liderante.

Assim:

- Os estados alemães até ao rio Elba foram centralizados por Napoleão e isto levou à supressão da organização política, social e económica do antigo regime;
- Para além do rio Elba, a situação era diferente, a sociedade servil permanecia sob o feudalismo dos grandes proprietários, os quais não se haviam vergado às novas ideias e propósitos individualistas;
- Para a Prússia, a França não teve muita representatividade; no entanto, a Convenção de Paris fixou àquele país alemão uma indemnização de guerra de cerca de 140 milhões e impusera a redução do exército prussiano;
- A Prússia permaneceu ocupada militarmente até ao pagamento da sua dívida, tendo ficado isolada do resto da Alemanha.

Todavia, entre a burguesia da cidade de Berlim surgia um vigoroso e consciente movimento intelectual e político que reagiu contra a opressão francesa. Assim, o patriotismo prussiano nasceu da reacção contra a França, sendo a formação deste nacionalismo alemão um dos fenómenos mais relevantes da época napoleónica.

Em 1814, ano que foi de grande importância para a evolução política alemã, foi estabelecida a *Confederação Alemã (Deutscher Bund)*, criada no âmbito do Congresso de Viena para substituir o Sacro Império Romano Germânico. A Alemanha ficou reduzida a alguns estados, sendo presidente da confederação o imperador da Áustria e o príncipe *Clemens Von Metternich* era o chanceler que administrava o governo. Contudo, surgem de todos os lados da Alemanha vozes discordantes. Uma geração de poetas e intelectuais desafiam as severas leis da censura e apontam, através das suas obras, para a situação política da vida alemã. A poesia consegue passar a teia da censura e torna-se num poderoso elemento de luta política. A este grupo de escritores dá-se o nome de *Vormärz*, pois são os anos que precederam as Revoluções de 1848. A poesia produzida com o eclodir destas revoluções é quase um registo factual daqueles eventos. Desta forma, o abalo revolucionário afectou primeiramente a Alemanha do Centro e do Sul nas cidades e nos campos. Nestes, as fortes insurreições campestinas abateram o regime senhorial. Na própria Prússia, na cidade de Berlim, sua capital, onde os motins se sucedem, o rei fora obrigado a convocar a *Landtag*.

Nos vários estados alemães houve inúmeras sublevações, não só campestinas mas também da ala liberal da burguesia, as quais reivindicavam reformas nos vários sectores da sociedade. Os liberais revolucionários criaram a Assembleia Nacional, que tinha como objectivo unificar a Alemanha como um estado liberal e constitucional. Em Maio de 1848, a *Assembleia Nacional*, ou mais conhecida como a *Assembleia de Frankfurt*, foi convocada para proceder à tão desejada unificação. Assim, a ligação entre a burguesia e o povo, que poderia ter permitido e possibilitado a vitória sobre as forças conservadoras do antigo regime, logo se dissolve, uma vez que o surgimento das correntes nacionalistas apoiadas na agitação popular assustou a burguesia.

É de realçar que a generalização das revoltas de 1848 e a clarificação dos seus ideais, o papel de intervenção impulsionado em grande parte pela França, a queda do sistema absolutista defendido pelo príncipe *Metternich*, poderiam ter levado à glória os resultados políticos obtidos em 1815. Contudo, certas alianças e ou não alianças bilaterais fizeram triunfar a reacção. Em primeiro lugar devido aos desentendimentos entre a Prússia e a Áustria. A Prússia tentou e faz a unificação sob a orientação do

plano *Kleindeutsch*, o qual incluía todos os estados alemães à excepção da Áustria, e nomeou o rei Frederico Guilherme como o primeiro imperador da Alemanha constitucional, sendo a Prússia o estado soberano.

Infelizmente, a *Assembleia de Frankfurt* não teve o poder suficiente para fazer cumprir os planos conforme haviam sido elaborados. O monarca prussiano cancela a constituição e declara o seu direito para governar a Prússia. Os exércitos esmagaram as revoltas liberais no Sul da Alemanha. A revolução teve igual fim na Áustria, onde se registaram violentas sublevações a favor de uma constituição e de um parlamento. Desta forma, assiste-se ao fracasso dos movimentos nacionais de 1848 a 1850. O símbolo da Revolução de 1848 é a bandeira tricolor alemã (preto, vermelho e amarelo), a bandeira do liberalismo alemão adoptada, mais tarde, pela República de *Weimar*, posteriormente pelos dois estados alemães, constituídos em 1949.

No entanto, apesar dos fracassos revolucionários, algumas reais alterações criaram as bases de um projecto sócio-cultural e económico, cujos aspectos problemáticos, a representatividade de eleições às vezes pouco concorridas, a globalização económica e as vicissitudes da classe popular, no findar do século XIX, se tornavam cada vez mais visíveis. Dá-se a democratização de determinados valores, como o bem-estar, o conforto, a beleza e a comunicação e a eclosão de uma cultura centrada no ambiente familiar e nas instituições.

7. A Alemanha antes de Bismarck: o contexto sócio-económico

Por volta de 1850 a 1870, a Alemanha entrava decididamente na Revolução Industrial, sendo novas fábricas construídas, assistindo-se ao aumento da produção têxtil e de ferro e intensificando-se a construção de linhas-férreas.

Estes avanços económicos e também tecnológicos ficaram a -se a uma geração culta e com formação académica muito elevada. Durante muito tempo, a Prússia deteve o número mais significativo de elementos com formação universitária, em grande parte devido às reformas levadas a efeito a nível do ensino, após as invasões napoleónicas.

A industrialização alemã foi acompanhada por um rápido desenvolvimento populacional e urbano, salientando-se que a classe média e o proletariado começaram a fortalecer-se e a constituir-se em organizações próprias. A Alemanha estava finalmente a acompanhar o resto da Europa, após alguns séculos de atrasos estruturais.

O progresso económico era muito mais visível na Prússia do que na Áustria. O primeiro país tinha recebido territórios, os quais se tornaram muito importantes para a indústria, existindo grandes depósitos de carvão no *Ruhrgebiet*, parte da *Saxónia* e na *Rhineland*. Por essa altura, a Prússia começou a dominar muitos dos estados mais pequenos e estes muitas vezes procuravam adaptar as suas economias à economia da Prússia. Decisivamente o que veio fortalecer a economia prussiana foi a criação do *Zollverein*, sob a liderança dos *Junker*. Esta associação consistiu na abolição das fronteiras aduaneiras e comerciais entre os vários estados alemães, à excepção da Áustria.

Nos anos 50 e 60, a Áustria ainda pretendia preservar a unidade da Confederação. No entanto, *Otto Von Bismarck*, que se havia tornado ministro presidente da Prússia, esperava manter unida a referida confederação, mas sem a Áustria, e colocando a Prússia como potência de hegemonia na Alemanha.

8. O afastamento da Áustria e os países aliados da Prússia

O despertar do nacionalismo alemão surgiu em 1859, por ocasião da crise internacional suscitada pela guerra da Itália, em que se destaca a não importância da Alemanha no plano das questões internacionais. *Bismarck* sabia que para unificar a Alemanha era necessário o apoio do povo e evitar que os outros estados se unissem contra a Prússia, sendo inevitável a guerra, mas sem a intervenção directa dos exércitos prussianos, pois poderia dar a entender que a Prússia queria sobrepor-se aos outros estados da confederação alemã.

Assim, a melhor estratégia encontrada seria provocar os outros membros a atacar. A Prússia teria legitimamente um motivo para retaliar e mostrar todo o seu poderio e força militar, indo, desta forma, de encontro às ambições do chanceler prussiano.

Em 1863, a Dinamarca tentou acabar com a autocracia de dois estados alemães situados mais a Norte: *Schleswig* e *Holstein*. *Bismarck* anunciou que a situação referenciada era totalmente inaceitável para a Confederação Alemã e a Prússia, conjuntamente com a Áustria, entraram em guerra contra a Dinamarca. Secretamente, o chanceler havia aumentado o poderio militar da Prússia com vista a conseguir uma rápida e eficaz vitória. Com uma vitória a nível externo, os seus problemas internos com as forças liberais seriam resolvidos. A vitória desejada foi conseguida e os dois estados foram repartidos pela Prússia e Áustria.

Em 1866, *Bismarck* ordenou às suas tropas que fizessem o avanço para Holstein, recentemente adquirido pela Áustria à Dinamarca, numa tentativa de provocar o Império austríaco a declarar a guerra à Prússia. O chanceler alemão certificado do isolamento por parte da Áustria, fez uma declaração na Assembleia de *Frankfurt*, manifestando a pretensão de unificar a Alemanha sob a orientação do plano *Kleindeutsch* segundo o qual a sua rival Áustria ficaria excluída da união. Perante os dados lançados, a Áustria lançou o ataque, tendo recebido o apoio da maioria dos estados alemães que se juntaram na defesa da Áustria contra a Prússia, mas que foi um fracasso para as intenções austríacas, face à poderosa força militar prussiana.

Após a guerra, *Bismarck* apressou-se a fazer um tratado de paz com a Áustria e os seus aliados do Sul da Alemanha, que ficou conhecido pelo Tratado de Praga, assinado em 23 de Agosto de 1866, com a formação de três agrupamentos sobre o desmoronar da antiga confederação:

- Uma confederação da Alemanha do Norte, para além do rio Meno;
- Um conjunto de estados independentes no Sul;
- E os territórios que continuavam integrados no Império Austríaco.

Para assegurar uma paz duradoura com a Áustria, *Bismarck* apoia-a na obtenção do trono da Hungria, mediante uma pequena indemnização a ser paga pela Áustria. À Prússia foi sancionada a anexação dos estados do Norte, com vista a constituir a Confederação do Norte Alemão, em 1867. Os estados anexados podiam conservar os seus governos, embora tivessem que prestar vassalagem ao rei da Prússia. Os liberais e os conservadores aprovaram a nova confederação, pois viam aumentar o poder e a estabilidade na Prússia.

A linha que conduziria à solução para a unificação da Alemanha já se encontrava claramente traçada, tendo vencido os ideais da *Pequena Alemanha*.

9. A Guerra Franco-Germânica (1870/1871) e a proclamação do império alemão

A guerra da Prússia contra a Áustria e os seus aliados do Sul da Alemanha surgiu como uma desagradável surpresa para a França. Durante séculos a política francesa tinha tentado manter a Alemanha um país desunido e fraco. De repente, um poder bastante forte e interveniente começa a surgir na Alemanha, sob a direcção da Prússia.

A França, alarmada com todos os acontecimentos já referenciados, tenta renovar os laços diplomáticos com os seus antigos aliados da Alemanha do Sul, embora sem qualquer êxito. Mesmo os estados do Sul, mais liberais e anti-Prússia, tinham-se tornado nacionalistas e economicamente dependentes da Prússia, não fazendo nada para se envolverem numa aliança com um poder estrangeiro, como o da França. O imperador Napoleão III, esperando alcançar uma vitória militar para estabilizar o seu regime então enfraquecido, declara guerra à Prússia em 19 de Julho de 1870, tendo cometido o seu maior erro político, enquanto governante. A Prússia e os seus aliados alcançaram uma estrondosa vitória, com a destruição de parte do exército francês e fazendo de Napoleão III seu prisioneiro. O chanceler *Bismarck* aproveitou a oportunidade e pediu o consentimento aos príncipes alemães para unificar a Alemanha, excluindo a Áustria, tendo o rei prussiano à cabeça como imperador.

Em Versalhes, a 18 de Janeiro de 1871, é proclamado o império Alemão, sob o impulso do movimento das nacionalidades, tendo Luís II da Baviera, na sala dos Espelhos, proclamado, em nome dos príncipes alemães Guilherme I imperador da Alemanha.

10. As estruturas políticas do II Reich (1871/1890)

Segundo Greenfeld (1998), a constituição de 1871 fez da nova Alemanha um império federativo. Embora garantindo sufrágios universais, o *Reichstag* continha muitas medidas conservadoras, nomeadamente o seu domínio pela Prússia, que preenchia 3/5 dos lugares de deputados. A mais importante medida era o realce dado à supremacia da Prússia, tendo esta poder de veto no Conselho Federal (*Bundesrat*).

A Alemanha possuía uma estrutura federativa, competindo ao poder central o controlo das alfândegas, do comércio, dos transportes e cabendo aos estados federais a responsabilidade em matéria jurídica, administrativa e cultural.

O Conselho Federal (*Bundesrat*), com 58 membros, dos quais 17 ligados à Prússia, era o órgão mais importante do Império, com poderes legislativos, sendo do foro do imperador a representação exterior e a nomeação do chanceler federal.

Na segunda metade do século XIX, diversos partidos se constituíram no Império Alemão. Desde logo, ficaram assinalados, por interesses económico e ideológico, os seguintes partidos:

- Os *conservadores*, apoiados pelos latifundiários (*Junker*);
- Os *nacionais liberais*, apoiados pela classe média e pelos homens de negócios;
- Os *progressistas*, como representantes dos pequenos burgueses e dos pequenos agricultores; e
- Os *católicos*, como um grande partido, denominado *Zentrum*.

O novo *Reich* uniformizou o direito e a moeda com a intenção de unificar os estados alemães. Os católicos alemães constituíram-se em oposição ao novo poder de cunho protestante, tendo resultado este conflito da implantação de medidas adversas às intenções e interesses católicos (*Kulturkampf*).

Em retaliação, *Bismarck* proclamou leis para esmagar a oposição e o pretexto para a sua repressão foi fornecido por dois atentados contra o Imperador Guilherme I, em 1878.

Por essa ocasião, são aprovadas pelo parlamento a lei social, denominada *Sozialgesetz*, legislação que proibia toda a organização e imprensa social-democrata, socialista e comunista. Tal situação levaria a inúmeras detenções e ao exílio de muitos militantes desses ideários. No entanto, o chanceler alemão saberia contrabalançar estas perseguições, legislando medidas políticas para evitar a agudização dos conflitos sociais, como já havia feito anteriormente com a pacificação dos católicos, através da mediação do Papa Leão XIII.

O chanceler manter-se-á no poder centralizado até 1890, mediante uma política de instrumentalização. *Bismarck* tudo fez para manter o isolamento internacional da França, país que odiava. A Europa de então mantém a paz durante a governação do chanceler alemão que, com vista à tentativa de conter ou suster as revoltas populares internas, legislará muitas medidas proteccionistas a favor da massa trabalhadora, contra acidentes de trabalho e reformas. Por esta ocasião, a Alemanha passa a ter uma das mais fortes medidas de segurança social da Europa, não tendo colmatado, todavia, todos os problemas e reivindicações, nomeadamente a limitação do trabalho infantil e a redução do horário de trabalho.

Com o afastamento de *Bismarck* em 1890, assistir-se-á ao reforço da autoridade do imperador Guilherme II e a Alemanha iniciará uma fase mais agressiva na sua política externa, a par de uma orientação de expansão e imperialista. Os meios militares alemães gozavam de grande prestígio e a maioria dos 30.000 oficiais que existiam no exército alemão pertencia à nobreza.

Enquanto durou a governação de *Bismarck*, houve sempre uma constante preocupação com a posição geopolítica da Alemanha em relação a outras potências. Contudo, a sua política era cautelosa e pacífica. Mesmo com o intuito de assegurar a posição alemã na Europa, o referido chanceler tentou ficar

de fora na corrida à colonização, que entretanto chegava ao seu auge em 1880, pois apercebeu-se rapidamente que a questão colonial acarretaria muita tensão e conflito entre as várias nações europeias. Contudo, algumas pressões internacionais e internas levaram *Bismarck* a concordar com a aquisição de alguns territórios em África e nalgumas ilhas do Pacífico.

Considerações finais

É de salientar não haver sido nossa intenção fazer um estudo exaustivo do nacionalismo, nomeadamente do nacionalismo alemão, mas dar uma perspectiva cronológica e evolutiva do conceito desde a Idade Média até aos princípios do século XX e tentar fazer compreender os ingredientes nele intervenientes. O sentimento nacional pertence aos ideais anteriores à Revolução ocorrida em França em 1789, e não é só apanágio dela, fazendo parte sim dos mais recuados sentimentos da Humanidade. Mas esse sentimento nacional tinha contornos diferentes do sentimento nacional existente no movimento revolucionário francês.

A reivindicação da primazia do sentimento nacional é que se tornou moderna, muitas vezes ensombrando outros. É de sublinhar que foi a derrota da Prússia nas guerras revolucionárias contra a França que, finalmente, introduziu o nacionalismo alemão no mundo contemporâneo. Sabendo que tanto o mito como a história envolvem ideias relacionadas com o tempo linear, não sagrado, através de registos importantes e significativos e com capacidade de deixar profundas e permanentes marcas na vida dos povos, procurámos fazer realçar no conceito de nacionalismo tudo o que estaria relacionado com a memória colectiva das diferentes comunidades abordadas e tendo sempre por base as diferentes opiniões dos autores consultados. De facto, o nacionalismo, que não se assume como um fenómeno uniforme, é um fenómeno histórico e a sua força aparece numa determinada idade histórica e pode desaparecer numa outra época. Para Greenfeld (1998), a identidade nacional é uma questão de dignidade e, como tal, dá força aos povos que a ele adiram e projecta-os na escala internacional. Gellner, ao fazer a distinção entre a sociedade agrária e a sociedade industrial, procura abordar, com certa evidência, o factor instrução/educação como sendo o ponto de partida para o relançamento de uma plataforma reivindicativa apoiante do aparecimento do nacionalismo. Por isso, o mesmo autor destaca que o nacionalismo, entendido como um fenómeno moderno produtor da nação, é defensor da correspondência entre a unidade nacional e a unidade política.

No caso particular da Alemanha, o nacionalismo assume-se em todo o seu esplendor a partir das suas lutas contra a França napoleónica. Em épocas recuadas já haviam tido lugar alguns movimentos pré-nacionais de unificação, sem terem tido ou surtido efeitos reais.

Merece ser realçado que um dos factores que mais terá pesado para a concretização da unidade da Alemanha assenta fundamentalmente nos particularismos e interesses existentes em cada uma das ordens e/ou classes, e que se defrontavam, conforme as épocas históricas, não constituindo um todo com vista ao sonho da hegemonia total alemã. A História da Alemanha evidencia que os seus interesses foram sempre comandados pela elite aristocrática que soube dominar, por diversas vezes e em épocas diferenciadas, as situações a seu favor, mesmo quando os problemas pareciam agudizar-se para o seu lado.

Quase todos os pensadores alemães, após a defesa dos actos da Convenção, se desviaram, a partir de 1795, se não dos princípios, pelo menos da obra da Revolução Francesa. Apesar do rápido desencanto e crítica na Alemanha, os intelectuais alemães conservaram uma consciência muito forte relativa à importância decisiva da referida revolução.

É de salientar que a fascinação exercida pela Revolução Francesa no pensamento alemão assenta no contexto ideológico da Alemanha nos finais do século XVIII e inícios do século XIX, situação em que se interpenetravam, *ao ponto de algumas vezes se fundirem, as influências da filosofia das luzes, do historicismo e do pré-romantismo* (Touchard, 1991, p.50).

Para Greenfeld (1998), a Alemanha do século XVIII teve a sua época da filosofia das luzes: a *Aufklärung*, que, apenas penetrando numa elite reduzida e coexistindo com o movimento pietista, só em parte foi um movimento de ideias políticas em toda a Alemanha. Diversos factores explicam essa

situação, fazendo com que os pensadores alemães não fizessem incidir as suas críticas sobre as instituições existentes na época: a influência da Igreja Luterana, a divisão política dos países alemães, as tendências idealistas da elite intelectual e cultural e a burguesia funcionária.

Segundo Greenfeld (1998), o surgimento do Germanismo, caracterizador do movimento *Sturm und Drang*, evidência que a filosofia das luzes em toda a Alemanha não se desenvolveu no campo das ideologias políticas com a mesma pujança que na vizinha França. O *Sturm und Drang*, com uma reacção anti-intelectual e anti-cosmopolita, foi no seu ponto de partida puramente estética. Apesar desta realidade, o certo é que o movimento acima referenciado na Alemanha não deixaria de provocar implicações políticas, em primeiro lugar por ser nitidamente nacionalista, e depois porque influenciou os pensadores Herder, Fichte e Hegel.

Para Touchard (1991), o Romantismo alemão parece não ter influenciado grandemente o contexto das ideias políticas, pois só Hölderlin terá tido uma certa preocupação com os acontecimentos de cariz político. Porém, não deixa de ser verdade que a escola romântica *Athenaeum*, se sentiu na necessidade de reivindicar Fichte, o que não deixou de influenciar a filosofia política, através de dois temas dominantes: o do infinito dinâmico e o organicista de uma comunidade de vida e de experiência.

O historicismo de Adam Müller teve um alcance político directo, pois repudiando em bloco a herança individualista do direito romano e da filosofia do século XVIII, exalta o desenvolvimento histórico que, através das famílias, dá o nascimento do Estado Alemão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Esta bibliografia foi elaborada de acordo com a Norma Portuguesa - 405-1 de 1994, em correspondência com a Norma ISO 690 (1987). Homologação no Diário da República, III série, n.º 128 de 1994-06-03.

- ALTER, Peter – *Nationalism*. London, Edward Arnold, 1994.
- ARIÈS, P. – A nova história. Lisboa, Edições 70, 1983.
- ARMSTRONG, John A. - *Nations before nationalism*. London, Chafel Hill, N.C, 1982.
- AUGRAS, Monique – *Opinião pública, teoria e pesquisa*. 4ª ed. Petrópolis, Editora Vozes, 1980.
- BARRENTO, João – *Literatura Alemã. Textos e Contextos (1700-1900)*. Lisboa, Presença, 1989.
- BENAVENTE, Ana – “Sociologia, formação e mudança.” «Inovação». Lisboa, Instituto Inovação Educacional. Vol. 2, n.º 1 (1989), p.17-21.
- BLOCH, Marc – *Introdução à história*. 3ª ed. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1976.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima – “Liberalismo e Nacionalismo na primeira metade do século XIX.” «História» (Nova série). Lisboa, Publicultura S.A. Ano 20, 3 (1998), 30-35.
- BRAUDEL, Fernand – *História e ciências sociais*. Lisboa, Editorial Presença, 1972.
- CARPENTIER, Jean ; LEBRUN, François – *História da Europa*. Lisboa, Editorial Estampa, 1993.
- CARVALHO, Maria Manuela – “Ensino da História e ideologia imperial.” «História». (Nova série). Lisboa, Edipress/Projornal. 34 (1997), p.14-23.
- CARVALHO, Rómulo de – *História do Ensino em Portugal*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- COLLINGWOOD, R. G. – *A ideia da história*. Lisboa, Editorial Presença, 1972.
- COLLINGWOOD, R. G. – *A ideia da história*. 2ª ed. Lisboa, Editorial Presença, 1981.
- COSTER, Michel de; BAWIN-LEGROS, Bernadette – *Introdução à sociologia*. Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- CRESPI, Franco – *Manual de sociologia da cultura*. Lisboa, Editorial Estampa, 1997.
- CRUZ, Manuel Braga da – “Integralismo Lusitano e as origens do salazarismo.” «Análise Social». Lisboa, Instituto de Ciências Sociais. Vol. 18 n.º 70. (1982), p.137-182.

- DELANNOI, Gil [et al.] - *Théories du nationalisme, nation, nationalité, ethnicité*. Paris, Ed. Kimé, 1991.
- DELMAS, Claude – *A guerra revolucionária*. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1975.
- DREYFUS, François-George , MARX, Roland e POIDEVIN, Raymond – *História Geral da Europa 3*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1996.
- EGAN, Kieran - *Accumulating history in history and theory*. Weesleyan, University Press, 1983.
- FEBVRE, Lucien – *Combates pela história*. Lisboa, Editorial Presença, 1985.
- FÉLIX, N. ; ROLDÃO, M. C. – *Dimensões formativas de disciplinas do ensino básico: história*. Lisboa, Instituto Inovação Educacional, 1996.
- FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe – *Milénio. A História dos últimos 1000 anos*. Lisboa, Editorial Presença, 1996.
- FERRO, Marc – *História das Colonizações; Das conquistas às independências – séculos XIII-XX*. Lisboa, Editorial Presença, 1996.
- FONTANA, J. - *La Historia después del fin de la Historia*. Barcelona, Crítica, 1992.
- FOULCAULT, Michel – *As palavras e as coisas*. Lisboa, Edições 70, 1998.
- FREITAS, Gustavo de – *Vocabulário de História*. Lisboa, Plátano Editora, 1982.
- GELLNER, Ernest – *Nações e nacionalismo*. Lisboa, Gradiva, 1993.
- GILSON, Etienne – *A cultura e a sociedade de massa*. Lisboa, Moraes Editores, 1970.
- GODECHOT, Jacques – *La grande nation. L'expansion révolutionnaire de la France dans de monde de 1789 à 1799*. Paris, Aubier, 1956.
- GODECHOT, Jacques – *Les revolutions*. Paris, Press Universitaires de France, Nouvelle Clio, 1970.
- GRAMSCI, António – *Concepção Dialéctica da História*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1966.
- GREENFELD, Liah – *Nacionalismo. Cinco Caminhos para a Modernidade*. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1998.
- HALÉVY, Élie – *História do socialismo europeu*. Amadora, Livraria Bertrand, 1975.
- HALL, John ; IKENBERRY, G. J. – *O estado*. Lisboa, Editorial Estampa, 1990.
- HAZARD, Paul – *O Pensamento Europeu no século XVIII de Montesquieu a Lessing*. Lisboa, Presença, 1983.
- HEERS, Jacques – *O Mundo Medieval*. Lisboa, Edições Ática, 1976.
- HERMET, Guy – *História das Nações e do Nacionalismo na Europa*. Lisboa, Editorial Presença, 1996.
- HOBBSAWM, Eric – *Mass producing tradition: Europe 1870-1914*. Cambridge, Cambridge University Press, 1983.
- HOBBSAWM, Eric – *Nations and Nationalism since 1780*. Cambridge Cambridge University Press, 1990.
- HOBBSAWM, Eric – *A era dos extremos*. Lisboa, Editorial Presença, 1996.
- HOETZSCH, Otto – *A evolução da Rússia*. Lisboa, Editorial Verbo, s.d.
- KEDOURIE, Elie - *Nationalism*. 4ª ed. Oxford, B. Blackwell, 1993.
- KHON, Hans – *História do Nacionalismo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1987.
- KOTTEK, Joel – “O nacionalismo flamengo”. «*Les nationalismes*.» Bruxelles, Ed. Jacques Lemaire, Université de Bruxelles, 1994.
- LE GOFF, Jacques dir. – *La nouvelle histoire*. Paris, CEPL, 1978.
- LEVI STRAUSS, Claude – *Raça e história*. Lisboa, Editorial Presença, 1975.
- LIOBERA, Joseph R. – *The god of modernity, the development of nationalism in Western Europe*. London, University College London, 1994.
- LIVRAGA, Jorge Angel – *Os grandes mitos do século XX*. 1ª ed. Lisboa, Edições Nova Acrópole, 1992.
- LORENZ, Konrad – *Os oito pecados mortais da civilização*. Lisboa: Litoral Edições, 1992.
- MACHADO, Artur da Rocha – *O poder da estrutura individual à construção mediática*. Lisboa: ISCSP, 1994. Tese de mestrado.
- MARROU, H.J. – *Do conhecimento histórico*. Lisboa, Editorial Aster, 1974.

- MASTERMAN, L. - *L'éducation aux medias dans l'Europe des années 90*. Strasbourg, Conseil de L'Europe, 1994.
- MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa, Ed. Estampa, 1993. Vol 1.
- MENDES, José M. Amado – *A História como ciência. Fontes, metodologia e teorização*. 3ªEd. Coimbra, Coimbra Editora, 1993.
- MOLINERO, Clare Mar; SMITH, Angel - *Nationalism and the nation in the Iberian Peninsula, Competing and conflicting identities*. Southampton: Southampton University, 1996.
- MORIN, Edgar – *Cultura de massas no século XX, o espírito do tempo, I-neurose*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1981.
- MORIN, Edgar – *Penser l'Europe*. Paris, Gallimard, 1987.
- NÉRÉ, Jacques – *História Universal, o mundo contemporâneo*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1977.
- OPITZ, Alfred – *A sociedade e cultura alemãs*. Lisboa, Universidade Aberta, 1999.
- ORTEGA Y GASSET, J. – *A rebelião das massas*. Lisboa, Relógio d'Água editores, 1989.
- PEARSON, Raymond – *The Longman Companions to European Nationalism*. London, Longman, 1994.
- PIJOAN, José – *História do Mundo*. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1973. Vol.7 e 8.
- PIMENTEL, Irene Flunser – “Em torno do nacionalismo”. «*História*» (Nova série). Lisboa, Edipress/Projornal. 2 (1994), p.54-60.
- PROENÇA, Maria Cândida – “Cem anos de ensino da História.” «*História*» (Nova série). Lisboa, Edipress/Projornal. 11/12 (1995), p.6-11.
- REX, John – *Raça e etnia*. Lisboa, Editorial Estampa, 1988.
- ROLDÃO, Maria do Céu - *Gostar de história. Um desafio pedagógico*. 3ª ed. Lisboa, Texto editora, 1991.
- RUBERT de Ventós, Xavier – *Nacionalismos, El laberinto de la identidad*. Barcelona, Espasa-Calpe, 1994.
- SALMON, Pierre – *História e crítica*. Coimbra, Liv. Almedina, 1979.
- SMITH, Anthony – *National Identity*. London, Penguin books, 1991.
- TEICH, Mikulás [et al.] – *The national question in Europe in historical context*. Cambridge, University Press, 1993.
- THEIMER, Walter – *História das ideias políticas*. Lisboa, Círculo dos Leitores, 1977.
- TODOROV, T. - *Nous et les autres- La réflexion française sur la diversité humaine*. Paris, Seuil, 1989.
- TORGAL, Luis Reis – *História e ideologia*. Coimbra, Minerva Histórica 3, 1989.
- TORRES, José Veiga – *Introdução à história económica e social da Europa*. Coimbra, Livraria Almedina, 1989.
- TOUCHARD, Jean – *História das Ideias Políticas. Da revolução Americana ao marxismo*. Vol. III. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1991.
- TREVOR-ROPER, Hugh – *A formação da Europa Cristã*. Lisboa, Editorial Verbo, s.d.
- VARA BRANCO, Alberto Manuel – *O Contributo dos Mass Media no Ensino da História: uma investigação no âmbito da formação dos conceitos de Nacionalismo e Revolução*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 2002.
- VOVELLE, Michel – *O Homem do Iluminismo*. Lisboa, Editorial Presença, 1997.
- VRYONIS, Speros – *Bizâncio e Europa*. Lisboa, Editorial Verbo, s.d.
- WOLTON, Comuniqué – *Elogio do grande público*. Porto, Edições ASA, 1994.